



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 06 / 06

Data da Sessão: 27 de Dezembro de 2006

Início da Sessão: 10.00 horas

Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos. -----

2º Secretário: Armindo Mota Correia -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

----- Aos 27 dias do mês de Dezembro do ano de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- **PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----
- **PONTO DOIS** - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR--
----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDAA
----- DE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----
- **PONTO TRÊS** – DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES COMO RE--
----- PRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTE--
----- GRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E
----- JOVENS EM PERIGO; -----
- **PONTO QUATRO** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, ----
----- DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA
----- O ANO DE 2007; -----
- **PONTO CINCO** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DE ---
----- EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO; -----
- **PONTO SEIS** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A DELE-
----- GAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PELA CÂMARA MUNICIPAL ----
----- NAS JUNTAS DE FREGUESIAS - 2007 -----
- **PONTO SETE** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DA ----
----- ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS/ÓRGÃOS SOCIAIS DA-----
----- AD ELO; -----
- **PONTO OITO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PRO-----
----- POSTA DE NÃO FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREI--
----- TOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO DE 2007; -----
- **PONTO NOVE** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DA-----
----- PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR UM ANO DAS MEDIDAS--
----- PREVENTIVAS PARA A ÁREA DO PLANO DE PORMENOR --
----- DO PARQUE LOGISTICO E INDUSTRIAL DE ARAZEDE
----- (PLIA); -----
- **PONTO DEZ** – VOTAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DAS LISTAS,
----- A REMETER AO CONSELHO DA MAGISTRATURA E AO -----
----- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DE “JUÍZES SOCIAIS”; -----
- **PONTO ONZE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PRO- ---
----- POSTA PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

----- EMPRESARIAL E LOGISTICA POLINUCLEADA DO PORTO --
----- DA FIGUEIRA DA FOZ, BEM COMO OS SEUS ESTATUTOS;
-----**PONTO DOZE** – APRESENTAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DO ---
----- BAIXO MONDEGO E BAIRRADA – SANEAMENTO E ABASTE
----- CIMENTO DE ÁGUA;-----
-----**PONTO TREZE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A CAR---
----- TA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO; -
-----**PONTO CATORZE** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A
----- TOPONIMIA MUNICIPAL DAS FREGUESIAS DE-----
----- ABRUNHEIRA, ARAZEDE, CARAPINHEIRA, EREIRA, -----
----- GATÕES, LICEIA E MEÃS. -----
-----Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa
(PMAM) declarou aberta a Sessão às dez horas. -----
-----O PMAM usou, então, da palavra: “Permitam-me que vos saúde, fazendo votos que
tenham passado um Natal agradável. Informo que o 1º Secretário da MAM, Manuel
Portelinha, não vai estar presente e de acordo com o Regimento (RAM), em vigor, ele
será substituído pelo 2º Secretário, Vítor Travassos, sugerindo, ainda, o Membro Armindo
Mota para completar a MAM, nesta sessão caso não se verifique qualquer oposição a
esta proposta. Assim, convido o Membro Armindo Mota para vir secretariar a MAM”.-----
-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, José de Oliveira e Sousa, Lúcia
Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso
Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia
Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel
Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa
Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno
Miguel Pinto Loureiro, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José
Manuel Cardoso Buço, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia
de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho,
Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca.-----
-----**AUSÊNCIAS** - Membros: Maria Isabel Martins Rolim. -----
-----**FALTAS JUSTIFICADAS** – Fernando Jorge dos Ramos e Manuel Eduardo Magalhães
Portelinha pediram a sua substituição pelos Membros da Lista de Candidatos, imediatamente a
seguir, respectivamente José de Oliveira e Sousa e Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

-----**Presenças dos Senhores Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e Manuel Alberto Gonçalves Góis. -----

-----O PMAM referiu que: “Verificada a existência de quórum, daremos, de imediato, início à reunião. Obviamente que começo por cumprimentar o Vereador Pedro Machado, os Secretários da MAM, a colaboradora Neiva Esteves, os Vereadores Municipais, os Membros desta AM, os Presidentes de Junta (PJ) e público em geral. -----

----- Permitam-me uma palavra de saudação aos que hoje vêm substituir os Membros que estão impossibilitados e já referidos anteriormente, José Oliveira e Sousa e Lídia Maria Pagaimo, desejando-lhes uma boa Sessão com a certeza de que a vossa contribuição será uma mais valia para esta AM. -----

----- Antes de iniciarmos a nossa Ordem do Dia (OD) queria chamar a atenção para duas situações: a primeira prende-se com o facto de hoje termos uma OD muito extensa e daí que vá ser muito criterioso em relação ao tempo e apelando à vossa colaboração. Os assuntos desta Autarquia devem ser debatidos com profundidade e pormenor, mas temos que o fazer de uma forma sintética e programada, com alguma disciplina para que alguns aspectos que são questões supérfluas não consumam muito tempo. Temos que ganhar tempo ao tempo e, como tal, vou procurar ser mais disciplinado e mais de modo a que as coisas tenham uma desenvoltura em termos de sequência que seja disciplinada. -----

----- A segunda questão refere-se ao ponto 14 da OD em que propões a “Aprovação, sob proposta do executivo, da Toponímia das Freguesias de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia e Meãs”. Como é o Executivo que tem poderes para fazer essa aprovação e à AM será dado conhecimento, proponho que o referido ponto passe a ter a seguinte redacção **“Tomada de conhecimento da Toponímia das Freguesias de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia e Meãs”**. Esta será a proposta e pergunto se alguém se opõe ou se pretende fazer alguma intervenção?”-----

----- O Membro José Laranjeiro Costa (PS) pediu a palavra e disse: “Bom dia a todos, espero que tenham tido boas festas e desejo um Bom Ano. Relativamente àquilo que o PMAM disse, claramente que não tenho qualquer objecção, mas uma vez que referiu alterações à OD, permita-me 2 questões de pormenor: a primeira prende-se com o ponto 3 e que gostaria de ver corrigido: Comissão de Protecção de Menores e Jovens em Risco (CPMJR) e não em Perigo. -----

----- A outra questão refere-se com ao ponto 11 já que, considerando que não nos foram entregues os documentos inerentes aos Estatutos da Plataforma Empresarial

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

Logística Polinucleada do Porto da Figueira da Foz, entendemos deve ser analisada e aprovada noutra reunião. Parece-nos que não é muito lícito discutirmos algo que não conhecemos, mas manifestamos, desde já, a nossa disponibilidade para votar favoravelmente a proposta de Operacionalização da Plataforma até porque entendemos que é algo extremamente importante para o Município”. -----

-----Foram dadas explicações relativamente às questões colocadas uma vez que a Lei tanto se refere a “Jovens em Perigo, como a Jovens em Risco”.-----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu, de novo, a palavra e disse: “ Aceito, mas foi-me dito por Membros que fazem parte da referida CPMJR que era de facto esta a sua designação. Está na sala o Presidente desta Comissão e, ele poder-nos-á ajudar nessa questão. Se for essa a indicação, claro que aceito reformular”.-----

-----O PJ de Gatões disse: “A todos votos de bom dia e a continuação de Boas Festas. Não estou aqui presente na qualidade de presidente da CPCJP, mas aproveito a minha presença para informar que, efectivamente, a terminologia das Comissões de Protecção de Menores com a reestruturação levada a cabo passaram a ser “CPCJ” - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. O risco ou o perigo é como que uma adenda que se faz sendo a denominação correcta apenas Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, encontrando-se muitas vezes as duas terminologias pelo que não me parece que haja necessidade de alteração”. -----

-----O PMAM usou da palavra: “Após este esclarecimento entendo que não se altera o ponto em causa e, estou certo, que o Membro da AM também assim o entende. Em relação ao ponto 11 serão distribuídos, em breve, os Estatutos em falta. Assim, entendo que teremos oportunidade de nos debruçarmos sobre o assunto e daí propor manter, a OD. Agradecia que se pronunciasse sobre esta sua posição” -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa (PS) usou da palavra e disse: “Apesar de reafirmarmos que a entrega dos documentos necessários é feita de forma muita tardia, mas tendo em consideração que o assunto é importante para o Concelho, iremos aceitar a sugestão. No entanto, o nosso sentido do voto será de acordo com a informação que consigamos absorver ou não até à altura em que o ponto vier a debate, fazendo declaração de voto se tal se justificar”. -----

-----O SMAM, Vítor Travassos, prestou informações acerca da correspondência recebida e expedida. Após saudar todos os presentes, referiu que, para além da correspondência já referida nos documentos enviados, foram recebidos, nos últimos dias, diversos postais de Boas Festas de JF, Escolas, outras AM e do Governo Civil. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

----- O PMAM apresentou a acta número 5, da Sessão Ordinária de 28 de Setembro, para apreciação e votação, tendo o Membro Fernando Monteiro (CMNRC) pedido a palavra para dizer: “Bom dia, senhor PMAM, senhor vice-presidente da CMMV, demais Vereadores e restantes Membros da AM: votos sinceros de que a quadra natalícia tenha decorrido com a normalidade e com a afectividade necessária. Queria, neste ponto da OD, registar um voto de louvor à MAM e ao apoio administrativo, pelo excelente desempenho na elaboração da acta que me parece correcta, escoreita e dedicada. Parabéns; bom trabalho”. -----

----- Colocada à votação, a acta número 5 / 2006, de 28 de Setembro, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Posteriormente, foram dados 5 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros entendessem por convenientes. -----

----- E foram aceites: -----

----- **“Moção de Felicitações”**, subscrita pelo Membro José Laranjeiro Costa, (PS), conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**. -----

----- Colocado à votação, o documento foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Moção** sobre **“Eleições Autárquicas”**, subscrita pelo Membro Filipe Carraco, (CMNRC), conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**. -----

----- Colocado à votação, o documento foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Moção** sobre **“Agradecimento ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho e Núcleo da Cruz Vermelha de Pereira”**, subscrita pelo PJ de Meãs, conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**. -----

----- Colocado à votação, o documento foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Moção** sobre **“Diversas saudações a Associações Culturais e outras Entidades”**, subscrita pelo Membro Vítor Travassos (CMNRC), conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**. -----

----- Colocado à votação, o documento foi aprovado por unanimidade. -----

----- **“Moção de Congratulações”** subscrita pelo PJ de Liceia, conforme documento anexo à presente acta sob o número **05**. -----

----- Colocado à votação, o documento foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Moção** sobre **“Festival de Outono - Verride”**, subscrita pelo PJ de Verride, conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**. -----

----- Colocado à votação, o documento foi aprovado por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

-----O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra para dizer: “Bom dia senhor PMAM, Membros da MAM, Membros da AM, Membros do Executivo e Presidente da Câmara Municipal (PCM). Para iniciar gostava de lamentar a extensão da OD e o período específico que tivemos para a sua preparação, tendo em consideração a importância do conjunto de temas apresentados. Queria aproveitar, desde já, para deixar uma sugestão: uma vez que fomos presenteados, pela primeira vez e muito bem, com a entrega em formato digital de 3 documentos da OD, que numa próxima vez haja a cautela de fazer índices antes de cada documento. Vejamos: foi-nos entregue o documento da Carta Educativa (CE) que possui 325 páginas, mas não um índice que nos possa orientar na sua análise. Só percorrendo todo o documento é que encontramos o que pretendemos e o mesmo acontece com o Orçamento o que não facilita nada a sua análise. É, apenas, uma sugestão que quero deixar. -----

-----Tinha também a intenção de evocar a passagem de 30 anos sobre a tomada de posse dos primeiros Autarcas democraticamente eleitos, mas uma vez que aderi à Moção apresentada pela bancada da CMNRC, não faz sentido estar a repetir-me. No entanto, queria fazer uma correcção ao Membro Fernando Ramos e relativamente à intervenção que realizou na Sessão de Comemoração desses 30 anos: a Escola Secundária de Montemor-o-Velho já existia em 1976 e já não havia o Externato Fernão Mendes Pinto e o Sócrates viveu, não o actual, no período de 470 a 420 AC. Já agora dizer francamente que, depois daquela estopada de quase 1 hora, não me apetece vir a outra comemoração dos 35 ou dos 40 anos do Poder Local até porque o que era prometido ser um debate acabou por ser um desfile de discursos repetitivos que começam a tornar-se angustiantes, começando, cada vez mais, a aparecer menos gente a este tipo de iniciativas. Quando não há debate torna-se num evento maçador, especialmente neste caso em que foi a segunda vez que foram evocados os 30 anos do Poder Local, considerando que, aquando da Feira Anual de 2005, foi distribuído um livro com as fotografias de todos os eleitos. Agora voltámos a repetir a dose com uma tarde maçadora, independentemente do tema ser muito querido para todos e, acreditem, que estou a tentar transmitir aquilo que ia na alma da maior parte dos presentes. De facto, quando discursos programados para 10 minutos levarem entre 50 a 60, deixa a sensação de que há artistas convidados e tal não me parece ser a forma mais correcta de atrair a população, já que nós, os eleitos, somos, quase que por obrigação da nossa função, obrigados a comparecer.-----

-----De entre os vários temas que gostaria de ver abordados há um pedido de esclarecimento relativamente à Grande Área Metropolitana de Coimbra (GAMC). Na última AM fomos, oficiosamente, convocados para uma reunião que devia realizar-se, em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

finais de Outubro, para eleição dos órgãos sociais da Assembleia Metropolitana. Embora, tal situação só se tornasse oficial após a recepção da convocatória escrita, isso não aconteceu, mas também não houve esclarecimento da suspensão, adiamento ou anulação dessa reunião extraordinária da AM. Lamento que não tenhamos recebido uma palavra da MAM, pelo menos os líderes dos Grupos, para nos informar que já não iria realizar-se a reunião já que a tendo programado acabámos por ser confrontados com a sua não efectivação sem qualquer justificação. Se há acordos entre o PSD e o PS sobre a GAM é um acordo infeliz que, aliás, está a dar no que dá; de facto, a GAM não tem praticamente personalidade, pelo menos real, prática, embora a possa ter jurídica. Parece que é um projecto abandonado, mas seria bom prestar esclarecimento público das razões porque foi adiada essa reunião e porque não foram informados os Membros AM sobre esse facto. -----

-----Queria também informar esta AM que, durante a discussão na AR, no que concerne ao Concelho de Montemor-o-Velho e para não sermos acusados de propor coisas irrealistas, a CDU fez 2 propostas concretas para inclusão no PIDDAC de 2007: uma que se incluísse, de imediato, a verba de 250 mil euros para a ligação Arzila/Montemor-o-Velho que, pelo menos, dava para fazer o arranque formal da obra; outra que fosse também incluída uma verba de 50 mil euros que permitisse o arranque do projecto das infra-estruturas de acesso ao Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CN). Para que esta AM saiba, aquando da votação, os 3 Partidos - PS, PSD e CDS - chumbaram estas 2 propostas/sugestões de alteração ao PIDDAC, pelo que é preciso que se peça responsabilidades aos Partidos já que eles contrariam, muitas vezes, aquilo que se anda por aí a dizer e é bom que se olhe para dentro da nossa casa. -----

-----Já não vou falar da Lei das Finanças Locais (LFL), porque esse tema está suficientemente discutido mas penso que a maior parte das pessoas ainda não percebeu quais são as alterações propostas e o alcance da própria Lei. Eventualmente, muitos Autarcas, não dos Executivos, mas os eleitos em geral, ainda não tiveram a preocupação de a ler ou de perceber qual o seu verdadeiro alcance. Uma vez que está em análise no Tribunal Constitucional sobre 2 aspectos que, para mim, são meramente formais e não propriamente de substância ou de conteúdo, vamos ter tempo para chorar muito sobre o leite derramado desta LFL. Termina, esta intervenção no PAOD, fazendo votos para que todos os pretendem acabar com a hipocrisia dos 20 mil abortos clandestinos que se praticam anualmente em Portugal, unam esforços e votem “Sim”, no dia 11 de Fevereiro, contribuindo para que mais nenhuma mulher seja presa por interromper voluntariamente a sua gravidez”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

-----O Membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Esta minha intervenção serve apenas para assinalar, numa altura que estamos a viver a Quadra Natalícia, o que considero uma atitude louvável, pelo que deve ser registada e que se prende com a iniciativa promovida pela CM, num espírito de solidariedade real e não apenas de palavras, em proporcionar uma Ceia de Natal condigna, nas instalações do INATEL, do Luso, a 20 pessoas carenciadas do Concelho e que de outra forma não teriam um Natal condigno. -----

-----Gostava também de assinalar, de forma sucinta, a campanha promovida pela Comissão Política da JSD de Montemor-o-Velho que, no fundo foi também uma iniciativa de solidariedade que extravasou claramente o âmbito de uma organização política em que se empenharam jovens para recolha de alimentos, roupas e brinquedos para distribuir por famílias carenciadas do Concelho, acção que julgo ser de assinalar. A questão da solidariedade não deverá estar só nas palavras mas sobretudo nos actos e, nesta Quadra Natalícia, em que todos gostam de viver em família foi muito bom que se tenha conseguido, numa onda de solidariedade, melhorar a vida de algumas pessoas”. -----

-----O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Para V. Ex.^a Sr. PMAM, Secretários, Membros do Executivo, Membros da AM os meus respeitosos cumprimentos.

-----Importa, antes da OD, referir o seguinte: é óbvio que há 5 anos o Concelho estava com um deficit estrutural no campo dos pólos industriais e eu tenho de ser coerente com as palavras e o comportamento que sempre tive nesta AM. Na altura, parafraseando Mário Sá Carneiro, disse que o PCM necessitaria de realizar um grande golpe de asa porque senão ficaria muito aquém na questão de desenvolvimento do Concelho. Hoje, constato que o Pólo Industrial de Montemor-o-Velho está em fase de acabamento e com boas perspectivas e o Pólo de Arazede está no seu início mas com fortes perspectivas para o desenvolvimento e a fixação de pessoas e criação de emprego. Ora, isto passa-se na margem direita do Mondego e a margem esquerda apenas se está a tornar num dormitório. Para mim, é óbvio que esse tal golpe de asa tem de chegar, também, margem à esquerda do rio que, nestes últimos anos, esteve tão esquecida na parte estrutural. Há 4 anos já se falava e, segundo sei volta-se a falar, na criação do Pólo Industrial de Pereira/Santo Varão e, por isso, agradecia que se deixasse de andar em campanha eleitoral permanente e se que trabalhasse mais no futuro e no desenvolvimento, célere, da criação do referido Pólo Industrial porque, essencialmente, estas 2 freguesias a que me refiro, estão hoje com mais residentes, com dormitórios e sem perspectivas de se desenvolverem. Fica o meu reparo, a minha forma de estar, a minha coerência nas palavras. Por outro lado, gostaria também de saber sobre o que se passa com as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

passagens superior e inferior sobre a Linha do Norte. A passagem superior, segundo informação afixada deveria ter sido concluída em Novembro, o que não aconteceu e, por isso, gostaria que me respondessem qual o motivo do atraso e não conclusão da obra porque ela é essencial para retirar o enorme volume de trânsito de dentro da Vila de Pereira. Gostaria de saber se o atraso se prende com questões técnicas ou monetárias, porque realmente a sua celeridade e construção não devia estar presa pelo tempo, até porque tem como responsáveis 2 técnicos desta Câmara, que são pessoas habilitadas mas que, eventualmente, vêm outras situações. Por outro lado, a passagem inferior estrangula as acessibilidades ao interior da Vila quando chove, sendo realmente uma dor de cabeça e gostaria de saber quais as medidas que estão a ser tomadas para sanar os problemas técnicos existentes. Há outro ponto, também de interesse para a Vila de Pereira, que é uma questão de salubridade e que se prende com a limpeza da vala. Sei que esta parte não é, directamente, da competência do Executivo da CM, mas há outras entidades que podem pressionar, especialmente o INAG para que, atempadamente, não se crie uma situação de saúde pública, já que é na referida vala que desaguam todos os esgotos que vêm do Paul de Arzila e as águas encontram-se estagnadas. Gostaria, também, que o Executivo me esclarecesse porque é que ainda não foi asfaltado o troço que liga a EBI de Pereira a Figueiró do Campo, numa extensão de cerca de 2 km, já que, segundo me parece, a obra esteve orçamentada e cabimentada e não se fez, considerando que é fundamental para as acessibilidades da EBI. Por outro lado e sem que tenha sido feita a recepção definitiva das obras de urbanização da Quinta de S. Luís, constato que existe um acumular de trânsito dentro daquela urbanização sem sinalética adequada e a criar grandes problemas inerentes à circulação. Porque se verifica tal situação? A EN 341 tem apenas sentido Norte/Sul e quem nos visita ou passa naquela zona tem de andar a deambular pela urbanização e, é óbvio que isso transtorna. Já aconteceram alguns acidentes por falta de sinalização capaz verificando-se um completo desordenamento de trânsito, pelo que gostaria que os reparos sejam tidos em conta para a tranquilidade das pessoas. São estes reparos que deixo aqui, desejando que se vão deixando para trás as campanhas eleitorais permanentes deste Executivo e que trabalhe mais, que é muito importante”.-----

-----O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Na sequência da Moção sobre os 30 anos do Poder Local permitam-me que enalteça as comemorações que, em boa hora, o Executivo Municipal levou a cabo e que muito honraram a Municipalidade e em que se registou, também, o empenho da ANMP que marcou presença através de um dos seus vice-presidentes. Sabemos que não há cerimónias

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

perfeitas e daí alguns pequenos problemas, mas fiquei muito satisfeito com a presença de diversos ex-autarcas e pela forma alegre e bem disposta como todos conseguiram cativar a assistência naquela tarde. Penso que foi um hino ao Poder Local e, nesse aspecto, temos que nos dar por satisfeitos, porque aqueles Autarcas que iniciaram esta caminhada tiveram uma grande capacidade de sonhar. Foi uma tarde agradável e a CM está de parabéns porque conseguiu congrega à mesma mesa um importante conjunto de autarcas que deram o melhor que puderam ao Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Também para a JF de Montemor-o-Velho o reconhecimento do Grupo da CMNRC pela atitude acertada e muito oportuna pela homenagem prestada aos autarcas e ex-autarcas numa cerimónia simples mas significativa e simbólica. -----

----- Relativamente a algumas questões apresentadas e a propósito desta reunião da AM decorrer nesta quadra, relembro que, em 2005, reunimos no dia 28 de Dezembro e, em 2004, no dia 22 de Dezembro, sempre dentro da Quadra Natalícia. Sabemos que há documentos que demoram a fechar, há negociações em curso e nem sempre é fácil conciliar interesses e não podemos pensar em fazer duas reuniões da AM até porque cada uma pode custar entre a 3 a 4 mil euros. Temos de conjugar bem os nossos esforços, sermos sintéticos e conseguirmos, sem coarctar o pensamento, rentabilizar este esforço e esta incumbência que temos em trabalhar em prol do Município. -----

----- Quero dizer-vos que ouvi atentamente o Membro Oliveira e Sousa e considero que ele está a ser muito redutor já que centrou a sua intervenção apenas em termos de carências de Pereira quando o devia fazer em termos concelhios. Por outro lado, se falasse com o PJ de Pereira, talvez este o esclarecesse amiúde deste tipo de situações, nomeadamente as ligadas com a vala de Pereira e com o INAG. Sobre a passagem superior de Pereira, na realidade a CM é dona da obra, mas há sempre atrasos que serão justificáveis e se não o forem a CM terá que tomar posições. No entanto, uma coisa é certa: esta obra é essencial para Pereira e nunca ninguém teve a coragem de a fazer e, agora, não vamos criticar por criticar apenas pelo facto da obra ainda não estar acabada. A verdade é que está a ser construída e seria bom que as pessoas tivessem sentido de gratidão e que vissem que a sua construção só está a acontecer porque este Executivo se empenhou em a concretizar. -----

----- Quando refere que o Executivo anda em permanente campanha eleitoral, é preocupante que haja pessoas que se preocupem com a política de proximidade que a CM imprime no seu dia-a-dia estando, assim, junto das populações e dos munícipes que são a razão de aqui estarmos. Sei que preocupa também o relacionamento que o PCM, desde o mandato anterior, imprimiu com os autarcas das Freguesias, nomeadamente,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

com os PJ a quem considera como os seus vereadores locais. É esta política de proximidade, de transferência de competências e de meios com de trabalho feito que deve preocupar o Membro Oliveira e Sousa que parece andar um pouco desfasado das realidades concelhias. É um dado que já não é novo e que me entristece um pouco, porque participações destas, com intervenções do género da que fez, não dignificam o Poder Local já que revelam uma grande ignorância do que se passa no dia-a-dia do Concelho”. -----

-----O Membro Milena Faria (PS) pediu a palavra e disse: “Sr. PMAM, Membros da MAM, Sr. vice-presidente, Srs. vereadores, Membros da AM, apresento os meus cumprimentos. -----

-----Volvidos quase 10 anos, volta a ser referendada uma matéria de extrema sensibilidade e importância que é interrupção voluntária da gravidez (IVG). A IVG, a pedido da mulher, foi votada favoravelmente já em 1997, no Parlamento Português, mas não foi considerado e o Governo convocou um referendo, no qual só 30% dos eleitores votaram, sendo por isso, à luz do Regime Jurídico, inválido. Passando aos números digo-vos que, em Portugal, por ano, realizam-se entre 20 a 40 mil abortos ilegais que, além de caros, são perigosos. Mais de 5000 mulheres sofrem graves complicações de abortos feitos sem o mínimo de condições de higiene e segurança. São as mulheres as que mais sofrem as consequências, nomeadamente quando não têm condições financeiras, apoio social ou informação adequada. Assim, esta questão assume-se, não só como uma questão de consciência, mas também de saúde pública à qual não podemos virar as costas. Sei que, no momento certo, cada um de nós terá a resposta que julga adequada, mas isto não basta. Temos de fazer um apelo ao voto no dia 11 de Fevereiro de 2007 para que esta matéria não seja esquecida e seja regulada o mais depressa possível. O próprio PS tem uma posição muito “sui generis” e de louvar já que dá liberdade aos seus militantes para votarem de acordo com a sua consciência. A minha posição é muito pessoal - respeito a consciência das pessoas, mas não posso compactuar com a hipocrisia que se vê e que acontece e da qual as mulheres são as principais vítimas. Por isso, mais do que nunca, votar é um direito e um dever. A passividade e o silêncio traduzem-se numa violência que, a sociedade em geral e as mulheres em particular, não podem suportar mais e, portanto, concluo com as palavras de Heraclito que, apesar de serem seculares nunca tiveram tanta aplicação prática como hoje em dia: “temos que ter esta má sina que é na mudança que poderemos encontrar o verdadeiro objectivo”. É preciso mudar esta situação, temos que votar e levar os outros a participar no referendo, votando com consciência, não podemos é ficar parados. Muito obrigada”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

----- O vice-presidente da CM, em substituição do PCM, usou da palavra para esclarecer algumas das questões colocadas: “Cumprimento o Sr. PMAM, os Membros da MAM, os Membros da AM, colegas do Executivo e o público presente na sala. Apenas algumas notas: Em relação às questões levantadas pelo Membro Jorge Camarneiro, de facto há 2 áreas específicas em que julgo que o PCM na sua intervenção irá responder, nomeadamente na questão da GAM e o PIDDAC de 2007 que são, julgo, as mais relevantes. Quanto à Lei das Finanças Locais penso que estamos conversados; aliás a nossa posição é taxativa mesmo no documento que suporta e acompanha a GOP 2007 e, portanto, está lá bem exposto o que é que pensamos sobre essa matéria.-----

-----Em relação ao Membro Filipe Carraco, agradeço-lhe a simpatia e a cordialidade com o Executivo em relação às acções que foram desenvolvidas nesta Quadra Natalícia, e reconheça à juventude, enquanto juventude partidária, que de facto tenha bem presente o espírito de serviço à comunidade, pois é para isso que elas, em primeira instância, devem existir, independentemente daquilo que são as suas vontades próprias, o serviço e a comunidade devem estar em primeiro lugar. -----

-----Ao Membro Oliveira e Sousa não respondo porque não está neste momento na sala e, não gosto de responder a pessoas ausentes. No entanto, fica um reparo: corre-se sempre um risco quando se personaliza ou quando se fulanizam as nossas intervenções em função de uma Freguesia, de perdermos a visão do conjunto e, diria mesmo, a razoabilidade. Uma vez que já chegou, mas sem perder muito tempo, até porque o espírito natalício obriga-nos a ter uma condescendência acrescida, digo que já não é a primeira vez que faz este discurso e pode começar a ganhar escola, mas nalgumas iniciativas, sobretudo públicas, a postura de continuarmos a auto flagelarmo-nos e a dizer que não temos, não nos dão, não nos fazem, parece-me ser a pior maneira de poder congregar à sua volta um conjunto de energias, para não dizer “de vontades”. Tal postura não só menoriza a freguesia de Pereira que penso que não está menor, antes pelo contrário pois tem suficientes pergaminhos, a vários níveis, para se poder afirmar no conjunto do Concelho e da Região, e, portanto, julgo que Pereira não lhe merece esse discurso miserabilista em relação àquilo que é o conjunto dos seus concidadãos. Pelo contrário presto aqui homenagem a todos aqueles e estamos a falar nos 30 anos de Poder Local, que deram o melhor de si próprios em relação à freguesia de Pereira - julgo que conseguiram, quer na Autarquia Local, quer através do Município de Montemor-o-Velho desenvolver em Pereira e nas restantes freguesias, um conjunto de investimentos e de melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos que não teria sido possível se andassem todos com a mão no peito ou a bater na cabeça a dizer não nos dão nada.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

Esta é uma atitude que tem de mudar no Concelho. Honestamente, julgo que o caminho é as pessoas percepcionarem e perceberem, porque se analisarmos os factos podemos questionar quais foram os investimentos dos últimos 5 anos em Pereira? Podíamos elencar uma dezena de investimentos que hoje projectam a Vila de Pereira. O que é que fizemos com a JF? Com a CVP? Com a Santa Casa da Misericórdia? Que protocolos estabelecemos? Que meios financeiros são dados anualmente? O que fazem com esses meios? E se pudéssemos escarpelizar poderíamos correr o risco de estarmos a concentrar, como era a sua estratégia, só numa freguesia tudo o que temos que ver em relação ao conjunto do concelho e, segundo, estaríamos forçosamente a subscrever uma visão que não é nossa e que é redutora de uma freguesia que, do nosso ponto de vista, está ao nível das melhores. Para terminar, desejo-lhe um Bom Natal e um Bom Ano e que 2007 lhe possa trazer uma outra visão das coisas, até porque algumas delas, como sabe implicam, uma intervenção directa do Estado. -----

-----Em relação à Sr.^a Milena Faria e ao Membro Jorge Camarneiro, a questão do aborto é, de facto, uma questão de consciência. Ora, nós não tratamos de questões de consciência e, assim, penso que os cidadãos devem, esses sim, por ser uma questão reservada a si fazer aquilo que acham que devem fazer e, portanto, não vou sequer comentar”.-----

-----O PCM usou da palavra e disse: “Bom dia, Sr. PMAM, Membros da MAM, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Srs. PJF, Municípes: espero que tenham tido um Bom Natal e desejo, a todos, antecipadamente, um Bom Ano de 2007. -----

-----Em relação ao que foi apresentado pelo Membro Jorge Camarneiro, há algumas coisas que posso, de facto, esclarecer: a primeira diz respeito às questões do PIDDAC - penso que a não inclusão destas obras que referiu tem alguma razoabilidade, porque elas não dizem respeito a investimento público do ponto de vista de Orçamento de Estado. Os projectos referidos, Arzila/Alfarelos e Alfarelos/Montemor, tiveram um revés delicado do ponto de vista temporal; lembro que esteve em análise. No Instituto do Ambiente(IA), o trajecto Arzila/Alfarelos e por questões consideradas não em conformidade com os interesses, nomeadamente do Município de Montemor no que diz respeito ao trajecto localizado entre estas 2 povoações, que contemplava apenas 2 faixas, foi decidido pelo respectivo Ministério anular as propostas que estavam em curso, sendo reaberto um novo projecto e colocado à discussão pública, contemplando 4 vias desde Taveiro a Alfarelos e encontra-se, também, a ser preparado o estudo do viaduto de ligação de Alfarelos a Montemor. Isto significa, por outras palavras, que o tempo que vai decorrer para que estejamos em condições de serem auscultados os Municípios será entre 18 a 24 meses

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

e, portanto, não haveria lógica nenhuma em colocar essas verbas em PIDDAC. Só a partir de 2008 ou 2009 haverá necessidade efectiva de orçamentação por parte do Instituto de Estradas de Portugal através de eventuais medidas comparticipadas pela União Europeia através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que entrará em vigor no próximo ano.-----

-----No que diz respeito ao CN ainda é mais simples, já que vai ser entregue o projecto final, entre amanhã e sexta-feira, depois das reuniões tidas, ao longo deste último semestre, com o Instituto de Desporto de Portugal (IDP), com as Federações de Remo, Canoagem, Triatlo, Natação e Pesca Desportiva. Sabemos já que vai ser alvo duma intervenção, num projecto de temática nacional desportiva, no próximo QREN o que significa que vai haver participação da União Europeia e nacional, sendo esta dividida entre a CMMV e o IDP, a Movijovem ou o Instituto da Juventude. -----

-----Em relação à GAM não sei porque não foi efectuada a reunião porque não faço parte da Assembleia Geral dos Municípios que a constituem. O que vos posso dizer e é um repto que aqui deixo, é que, neste momento, o PCM com a colaboração estreita de 9 Presidentes de CM que compõem a zona do NUTT 3 do Baixo Mondego vai avançar com a reactivação da Associação de Municípios Baixo Mondego que englobará Mortágua, Mira, Montemor-o-Velho, Mealhada, Cantanhede, Coimbra, Figueira da Foz, Soure, Condeixa e Penacova. É o Município de Montemor que está a preparar o lançamento, em Janeiro, de um concurso de estratégia de desenvolvimento territorial, para apresentar até Junho do próximo ano, para estarmos em condições de podermos vir a usufruir do novo sistema de contratualização previsto no QREN. Quero-vos dizer que o NUTT3 do Baixo Mondego até agora não contemplava nem a Mealhada nem Mortágua, mas com a redefinição que vai ser alvo a partir de 2007, estes 2 Municípios integrarão esta Região. Isto significa que, de acordo com a legislação que o Governo prometeu lançar até ao final do ano de 2006, far-se-á um reordenamento territorial do intermunicipalismo, do multimunicipalismo e do associativismo municipal que poderá vir a pôr em causa todas as circunstâncias até agora vigentes, nomeadamente no que diz respeito à valorização territorial das chamadas GAM, exceptuando Lisboa e Porto. Significa, também por outras palavras, que o problema da liderança da GAM de Coimbra tem a haver com a funcionalidade da criação do Órgão Assembleia Geral de Municípios que a constitui e para o qual depois do acto eleitoral de Outubro de 2005 ninguém teve ainda a ousadia de fazer alterar. Penso que quando foi prevista a data de Novembro ou Outubro para a realização duma Assembleia Geral para efeitos de eleição desses órgãos, que a mesma não terá tido, por parte de grande parte dos responsáveis Autárquicos desses Municípios

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

a necessária aceitação e diria que 80% para não dizer 98% dos Presidentes de Câmara da GAM de Coimbra, sobretudo que constituem o NUTT3 do Baixo Mondego assim o entendem. As pessoas que constituem os órgãos políticos dos diversos órgãos autárquicos e, sobretudo os de Montemor, se tiverem um pouco de atenção concordarão que não se deve perder esta ocasião para retomar, com sede neste Município, uma Associação Intermunicipal de Desenvolvimento Local”.-----

----- O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “O Sr. vice-presidente talvez não tivesse percebido muito bem o que eu referi na minha exposição. Quando referi, na altura e sendo coerente comigo próprio, o que disse há 5 anos ao PCM, de que necessitaria de dar um grande golpe de asa porque senão ficava muito aquém para desenvolver o Concelho atendendo a que este se encontrava em péssimas condições, é óbvio que lhe fiz um elogio. Ele é um homem com coragem, que fez uns investimentos que já estavam programados para a Vila de Pereira, assim como para outras Vilas, fazendo sobressair os pólos industriais criados e as minhas palavras não são no sentido miserabilista. Pereira é uma das freguesias em crescimento, mas para ela ter as condições ideais, que é aquilo que as suas palavras referiram, é necessário criar outros sectores, infra-estruturas necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento interno, fixação de pessoas e criação de emprego. Disse, ainda, que na margem esquerda é necessária a criação do pólo industrial, a exemplo do que foi feito na margem direita, para que, então, possa haver condições de desenvolvimento e não condições de dormitório. Foi tão-só o que referi e, também, que essas situações não são para se dizer que se vão fazendo, mas para se fazerem”.-----

-----**PONTO DOIS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR--**
 ----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDAA
 ----- DE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Congratulamo-nos, obviamente, com a iniciativa do PCM no que concerne às Presidências Abertas nas Freguesias até porque era algo que constava do manifesto eleitoral que o PS apresentou ao eleitorado. No entanto, não deixamos de fazer aqui um pequeno reparo ao facto de não convidar os vereadores da Oposição para o acompanhar nesta iniciativa, e que, certamente, poderiam trazer alguns contributos positivos. Por outro lado registamos, com agrado, que nestas visitas estejam a ser discutidos, entre outros aspectos, assuntos relacionados com a questão do PDM, vindo, de alguma forma, ao encontro da proposta feita pelo grupo do PS, na reunião de 22 de Fevereiro e que a AM rejeitou. Para tal faz-se acompanhar e, muito bem, do Director de Departamento responsável por esta área e de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

outros técnicos e, que quando a proposta foi colocada tinha exactamente os mesmos objectivos de hoje, ou seja, ouvir, analisar, discutir, reflectir e esclarecer, enfim, contribuir para a melhoria dum documento final que satisfaça ambas as partes e, por isso mesmo não esquecemos a iniciativa”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas gostava de pedir um esclarecimento, antes de colocar a questão que pretendo - está a abrir inscrições e depois a reabrir e fechar a quem se inscreve e, assim, isto passa a ser uma AM de comunicações e não de debate. Queria alertá-lo para esse risco, até porque muitas vezes a disciplina é inimiga de alguma discussão ou de algum debate e isso não pode acontecer”.-----

-----O PMAM interrompeu, dizendo: “Não é essa a minha intenção e, se reparar, ainda agora lhe concedi a palavra para que pudesse dizer da sua concordância ou não. De maneira alguma posso é deixar dilatar os tempos preceituados no RAM, porque já vamos com 1 hora e 20 minutos; obviamente que continuamos a ser flexíveis, nunca impedindo que todos os problemas sejam debatidos ao pormenor e que as pessoas sejam esclarecidas, é nossa função por isso aqui estamos. O povo que nos elegeu obriga-nos a tomar essa posição. Longe de mim não querer que os assuntos sejam debatidos em profundidade e convenientemente esclarecidos. Simplesmente penso que esta actuação de parada e resposta não é a mais conveniente e, obviamente, muitas vezes, solicito para usarem apenas 1 ou 2 minutos pois não tenho outra alternativa, até para que a discussão dos temas não se alongue de forma fastidiosa. Entendo a sua posição e estarei aqui para aceitar que as pessoas possam fazer um reparo ou manifestar a sua não concordância nalgum tema abordado”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro disse: Tenho, naturalmente, uma posição delicada e tenho procurado, nas minhas intervenções ao longo deste ano, intervir também de acordo com o regulamentado até para não cansar a AM. Tenho tido esse cuidado e vou continuar a tê-lo, mas, naturalmente, se faço uma inscrição ou reservo logo outra para o fim, como faz o Membro Mário Pardal e bem, que não prepara coisa nenhuma, não traz nada de novo à AM, mas comenta as intervenções de todos os outros.----- Eu queria aproveitar esta intervenção, a propósito da Informação Escrita, sobretudo no que toca à situação financeira, pretendendo, apenas, um esclarecimento: verificamos que há aqui, quer na receita, quer na despesa executadas, valores muito abaixo do que estava previsto, mas nós conhecemos as situações que se repetem. No passivo curto prazo, indica-se com precisão o que se deve a fornecedores; faz-se o mesmo na conta corrente indicando o que se deve a fornecedores de imobilizado; indica-se de forma concreta, inclusivamente,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

o que se deve ao Estado e ou Centros Públicos, no valor de 24.460 euros, mas temos um valor elevadíssimo de 8 milhões e 13 mil euros que aparece na rubrica de “outros credores” e que talvez merecesse um esclarecimento à AM sobre a que se refere ou, no concreto, quem são estes outros credores com 8 milhões de euros?”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “O Membro Jorge Camarneiro disse que eu não preparo nada, que não trago algo de novo a esta AM e que falo só porque ouço os outros. Não é assim e ele sabe que faço o trabalho de casa, preparo devidamente os assuntos a tratar nas reuniões e, por isso, não admito a ninguém, com todo o respeito, que me acusem, porque isso é incorrecto. Por vezes o Membro Jorge Camarneiro sente necessidade de dizer estas coisas para se sentir melhor, mas, acredito, que não é esse o estado que lhe vai na alma, certamente, até pela amizade que temos. Sr. PMAM, não digo mais nada...”.-----

-----O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, e, disse: “Algumas notas para esclarecer o Membro Jorge Camarneiro: os outros credores são exclusivamente empreiteiros; são obras de empreitadas e isso é um classificador que existe para as Autarquias em que temos fornecedores de conta corrente e temos fornecedores de imobilizado, mas que não são propriamente decorrente das empreitadas; os outros credores englobam, fundamentalmente, os empreiteiros que estão com as obras a decorrer. Diria mesmo que em relação a esta rubrica, que é a que tem repercussão através dos investimentos sendo, por isso, a mais delicada. Isso não é aqui retratado nesta informação. Existe aqui uma questão que é muito clara: quanto mais vos dou mais pretendem saber, até aos mais ínfimos pormenores, o que é natural. Não estou a fazer reparos a qualquer grupo, porque isto passa-se em todo o lado. Fomos aumentando a informação e as pessoas até não dominam tecnicamente os documentos e fazem observações que, das duas uma, ou uma pessoa faz ouvidos moucos e deixa passar porque é melhor ou temos de entrar numa forma de retórica e de pedagogia e não foi para isso que fui eleito. Em relação a esta matéria existem aqui algumas outras circunstâncias que não estão aqui sequer relevadas: por exemplo em termos do que aparece como passivo de curto prazo em empreitadas, há uma contrapartida que não é relevada que são os financiamentos que estão aceites e assinados e que nós temos para receber. Posso dizer que, neste momento, globalmente temos cerca de 4 milhões de euros para receber de muitas dessas obras e que não estão aí como contrapartida.-----

----- Ainda em relação a esta questão dos credores digo-vos que estamos a falar de 7 ou 8. Por exemplo, a Lena Construções tem, neste momento, a passagem superior em Santo Varão/Formoselha que ronda os 900 a 1 milhão de euros, a de Pereira 700 mil e o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

Pavilhão de Montemor com cerca 800 mil, pelo que atinge quase 3 milhões de euros; o Manuel Rodrigues Gouveia tem em conclusão o Parque Industrial de Montemor e a EN 341, o que são mais 2 milhões e 500 mil. São, portanto, três ou quatro empresas, que são as que estão a realizar as grandes obras no concelho que detêm 70 a 80% deste valor. ---

-----Em relação à intervenção do membro José Costa permita-me que lhe diga que são prerrogativas do PCM, não fui eu que fiz a Lei das Finanças Locais, nem das Autarquias, que tem poderes no meu ponto de vista porventura acima daquilo que eu considero razoáveis - sou um órgão dentro dos órgãos autárquicos, pelo que me cabe a mim gerir e administrar. As deliberações do Executivo são tomadas para decisões específicas. As competências atribuídas dão-me possibilidade de, tendo capacidade, tendo inteligência, tendo saber, de levar comigo os serviços julgados convenientes para fazer junto dos municípios aquilo para o qual fui eleito e para o qual as pessoas confiaram e fizeram-no como nunca o tinham feito. Dentro desse âmbito fá-lo-ei com ou sem os vereadores da Oposição ou da Maioria, que também não vão comigo. Por outro lado levo, pela primeira vez o Executivo a todas as Freguesias, coisa que nunca foi feita. As reuniões da CM têm sido realizadas logo após as minhas visitas a essas freguesias e aí os vereadores ouvem dos PJ todas as reivindicações que julgam oportunas. Digo-vos que, até hoje, não houve um único dos que já visitei, e 6 não são sequer da cor partidária que me elegeu, que diga que não subscrevo na íntegra tudo aquilo que foi apresentado, porque na maioria dos casos, para não dizer a 100%, os PJ foram extremamente honestos e nenhum deles foi megalómano e apresentaram situações concretas. Muitas vezes comentam que quem está no meu lugar tem que ter a visão do gestor macro numa grande superfície e ao mesmo tempo numa mercearia, no bom sentido e sem depreciar, porque trazer uma grande fábrica para Montemor é importantíssimo, mas resolver um problema numa valeta a uma pessoa de 70 ou 80 anos é tão importante como isso. É dentro desta filosofia de simbiose que eu acho que os PJ têm tido um papel importantíssimo e por isso acho que numa fase seguinte e acredite que quem faz política por gosto, fá-la planeada, fá-la estrategicamente e aqui está a grande diferença que marca este mandato em relação aos anteriores. O PCM fá-la com dedicação, com à vontade, com gosto e fá-la com planeamento porque é isso que temos que fazer e, dentro desse âmbito, quando chegar a altura própria os Vereadores da Oposição ou da Maioria estarão presentes. Sou político profissional; estou a ser pago para isso e o meu dia começa muito antes das nove e acaba às 24 horas. Faço 13 ou 14 horas por dia e peço meças a quem quer que seja que trabalhou aqui enquanto PCM. Não regateio estar ao fim-de-semana onde necessário e não faço férias há 3 anos, mas tal não significa um auto-elogio, mas sim uma referência

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

clara de como vejo um autarca, e é por isso que me arrepio quando ouço os ataques vilipendiosos que lhes são dirigidos. Dentro desse âmbito quando chegar a altura poderão falar sem andarem a pavonear-se em circuitos que não sejam fundamentalmente de discussão, de trabalho com os técnicos. O meu problema hoje é pôr os técnicos e directores de Departamento, desta casa, a trabalharem para a comunidade que lhes paga. Normalmente quando falamos, falamos políticos com políticos e o problema destas estruturas é o anquilosamento que deu origem a que muitos que aqui permanecem a trabalhar, com qualquer estrutura política, são sempre os mesmos e em que muitas vezes não há coragem de lhes dizer “os senhores são pagos para trabalhar e não para fazerem calçadeiras a uns, passadeiras a outros, etc.”. Esse é o problema número um desta casa e só quem conheça o sistema de gestão, os dossiers, os mecanismos, que visite os locais é que sabe e consegue dar a volta ao sistema. Esta é a circunstância mais nevrálgica e nebulosa que temos nesta estrutura que leva a ter algumas pessoas que fazem parte do quadro a que quando aparece gente contratada, com uma filosofia de estar diferente, são muitas vezes desafiados a não trabalhar tanto, porque isso faz mal, porque são postos em causa eles próprios. É uma realidade nas obras e aqui dentro, porque o sedentarismo de pensamento de muitos deles provoca muitos maus exemplos de funcionalismo público e a questão repercute-se a nível das outras áreas dentro dessa matéria. -----

----- Permitam-me mais um esclarecimento sobre uma reunião que promovi com a Comissão Autónoma de Avaliação do Encerramento do SAP de Montemor - decorreram 3 meses desde que foram convidados a participar nesse projecto e tivemos, na passada quinta-feira, uma reunião, para a qual solicitei a presença da Comissão Permanente da Assembleia Municipal (CPAM). O projecto e o objectivo iniciais era de através dum conjunto de cidadãos, na maioria dos casos que trabalha na área da saúde no Concelho, perspectivar as repercussões e a avaliação do Encerramento do SAP de Montemor-o-Velho. Não é um trabalho fácil e as pessoas que integram essa Comissão têm demonstrado uma dedicação extremamente importante de participarem no processo de cidadania. Nas várias reuniões que já realizámos, com eles ou com os PJ, para além dum balanço destes 3 meses, extremamente positivo, resultou, entre outras iniciativas, no lançamento dum inquérito que vai para a rua nos primeiros dias de Janeiro. Cerca de 300 munícipes, que foram estudados do ponto de vista duma amostra equilibrada e sociológica, sobretudo idosos e desempregados irão responder de forma presencial ou por via de correio ou Internet onde vai ficar disponível a partir de Janeiro de 2007. Diversos cidadãos seleccionados foram indicados pelos próprios PJ, enquadrados nos perfis que lhe foram dados, para agora serem auscultados e interrogados. Avizinham-se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

circunstâncias de eventuais delegações de competências em áreas como a saúde, como a acção social e como a educação. Esse é o discurso formal apresentado pelo Ministro da Administração Interna, pelo Presidente da República e até pelo Presidente da ANMP e, por isso, julgo muito curial que esta Comissão começasse a ter um trabalho mais alargado, de modo a delinear, numa forma ainda embrionária, a carta da saúde do Concelho ou as linhas programáticas e estratégicas do ponto de vista da saúde que possam facilitar e ajudar os órgãos Locais, CM e AM, a poderem estar prevenidos para tal situação. Foi, então, acordado que não haverá data de terminus de intervenção desta Comissão e que o trabalho será valorizado através dum relatório, que se espera vir a ser apresentado na reunião da AM, a realizar em Fevereiro. Deixo uma palavra, pessoal e institucional, de congratulação à referida Comissão que sendo formada por cidadãos que não desempenham nenhuns cargos nas Autarquias, acabaram por estar imbuídos dum espírito de missão, obtendo um progresso significativo na leitura dum aspecto que considero crucial que é a política de saúde nacional e concelhia. Não podia deixar de prestar esta informação e de deixar esta nota porque me parece significativo que havendo uma primeira Comissão autónoma de cidadãos se tenham obtidos resultados que não podem ser esquecidos ou menosprezados. Peço desculpa, mas acho que eles mereciam esta nota de respeito e este aplauso”. -----

-----**PONTO TRÊS – DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES COMO RE-**
-----**PRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTE-**
-----**GRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E**
-----**JOVENS EM PERIGO;** -----

-----Os Representantes dos três grupos com assento nesta AM apresentaram uma única proposta (“**Designação de 4 Cidadãos Eleitores como representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Crianças e Jovens em Perigo**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**. -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “De facto há entendimento. Apenas existe uma questão para a qual gostaríamos de obter resposta e uma pequena nota. A questão prende-se com o saber se a CM recebe ou não qualquer subsídio para que a CPMJR funcione. A outra questão prende-se com a inexistência ou não de uma linha directa para denúncia e alerta de situações e que, em nosso entender, se justifica pelo nível de confidencialidade e de anonimato que se requer e saber se esta linha podia estar, após as horas de expediente, direccionada para a GNR, porque a maioria das situações de denúncia ocorrem à noite”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

----- O PJ de Gatões pediu a palavra e disse: “Não estou aqui a representar a CPMJR mas estranho algumas imprecisões apresentadas. Tal faz parte da vida e no fórum próprio as coisas foram discutidas e assumidas e é bom quando assumimos as nossas responsabilidades, quando primamos pela verdade. Se a CM recebe ou não recebe algum subsídio, decorre da Lei, não há qualquer tipo de omissão e qualquer membro da CPMJR se analisasse a Lei, perceberia e saberia a que se destinam essas verbas. Se o PCM entender que deve dizer, acho muito bem, penso que não há dúvidas rigorosamente nenhuma”. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Como sempre tenho os dossiers todos na mão. Recebemos dinheiro e pagamos e a questão de que está a falar resultará de má informação porque as situações estão todas interrelacionadas e garantidas, tendo existido já uma conversa com o Sr. Governador Civil sobre essa matéria. Neste momento há uma técnica de serviço social dedicada à CPMJR, há apoio administrativo exclusivo, há despesas de expediente, instalação de Internet, material de desgaste, despesas com telefone, água e luz, despesas de transportes e para isso a Câmara recebeu, de 2002 até agora, cerca de 40.000 euros que tem vindo a aplicar, portanto temos todo o gosto em poder informar sobre a matéria. Penso que já existe a linha directa, pois ela já foi pedida”.

----- Não havendo mais informações, foi posta à votação a referida proposta, que foi aprovada por unanimidade:-----

----- **PONTO QUATRO – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, -----**
----- DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA -----
----- O ANO DE 2007; -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Meus senhores: em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento (GOPO) para o ano de 2007 gostava de fazer algumas considerações breves. O documento é extenso, mas também há alguma repetição nas questões que costumamos levantar nestas alturas. Uma primeira palavra para discordar da fundamentação ideológica do GOPO que é mais da responsabilidade do vereador Pedro Machado do que do PCM, sentindo necessidade de reafirmar uma veia social democrata quando a realidade é exactamente o inverso, nomeadamente quando defende que o documento é a prova chapada do liberalismo político e livre de iniciativa económica do mercado aberto. A realidade da história é diferente, é diversa e só há desenvolvimento do interior e das regiões periféricas envelhecidas e pouco alfabetizadas se o Poder Político trabalhar para isso e se a tal dedicar boa parte do seu Orçamento, contrariamente ao liberalismo político e à livre iniciativa do mercado. E foi por tal não ter sido feito até ao momento que o nosso Concelho permanece adormecido e em verdadeiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

estado de amnésia. Quando existir riqueza, emprego, poder de compra, mão-de-obra formada não faltarão os arautos da iniciativa privada e do liberalismo político, até à próxima crise e ao assalto aos orçamentos públicos. Para dizer o quê? Para dizer que as propostas de Orçamento que têm sido feitas nos últimos 5 anos são iguais e sobre as quais tenho algumas reservas e bastantes discordâncias em relação a alguns aspectos. Os orçamentos públicos, municipais ou centrais, deviam estar ao serviço do estímulo à economia, à iniciativa, mas os nossos empresários, infelizmente, estão mais do habituados a viver à mesa do orçamento e, sem isso muitas vezes eles estão a marimbar-se para a livre iniciativa e para o investimento em regiões como a nossa.-----

-----No Plano de Actividades diz-se que este é um Orçamento realista mas, francamente, permito-me discordar. Ao fim de 5 anos já não é difícil falhar nas previsões; mais ou menos, sabe-se o que se gasta e o que se recebe, mas até aí parece haver necessidade de obter algumas explicações - como é que os impostos directos e indirectos crescem 36,44 % e 57.25%, respectivamente? A menos que haja um estudo que permita dizer que há um conjunto elevado de habitações que chegam ao fim do período de isenção do pagamento do IMI, criando uma receita fantástica nos impostos directos, que haja um conjunto elevado de transacções, o que é possível dado que há um conjunto de obras que estão a chegar ao fim e aí pode haver de facto um acréscimo. Ou será que esta vinda agora da AGNI pode, de facto permitir, este aumento de receita? E o mesmo em relação às transferências ou serão despesas correntes. Procuro estar mais ou menos atento e estudar os temas, tal como o Membro Mário Pardal e trazê-los aqui, mas as transferências correntes para o Município, podem crescer 16,75%, quando noutro local se diz que há uma perda de 7%. Percebo que há novas transferências de competências para as Autarquias que terão de ser compensadas com novas receitas, o que não quer dizer que os valores, entregues à luz da nova LFL, compensem. Outro aspecto que me preocupa é o aumento significativo do ponto de vista percentual referente à receita de venda de bens e serviços correntes que atinge mais de um milhão e meio de euros. Aqui prevê-se um aumento de 21,36%, será à custa da água? Não tenho conhecimento de qualquer prestação ou qualquer venda que possa provocar um aumento tão grande de receita. -----

-----Nas receitas de capital, repito o que já disse há um ano em que se voltou a recorrer à fixação das vendas de imobilizado. Percebo e tive o cuidado de perguntar aos meus camaradas de outras Autarquias se faziam o mesmo e, para minha vergonha, fazem. Percebo que isto é uma reserva, digamos, para uma hipotética receita de contratos-programa, o que também o Governo faz, reservando verbas avultadas para poder

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

distribuir depois conforme a sua gestão. Bom, mas será que o aumento deste ano, porque é um aumento para 11,2 milhões de euros é o necessário para encaixar a orçamentação dos 8 milhões de passivo? É isso? Tive o cuidado de ler a declaração de voto dos Vereadores do PS, assim como a da bancada da CMNRC e a fundamentação dos seus votos. A da CMNRC penso que é mais genérica, mas o PS acho que não percebeu. Com todo o respeito que tenho pelas pessoas, parece-me que naquele texto não deixa bem retratado os motivos, não percebe a técnica do Orçamento, não referindo sequer a questão desta inflação. Quer na receita, quer na despesa de capital não percebe que há aqui de facto ficção e não a refere. Numa altura em que estamos confrontados com uma execução orçamental de 60%, que na Informação Escrita é bastante inferior, mas como há a questão da orçamentação, percebo que possa ser superior, mas estamos a falar em passar para 19 milhões de investimento que é a despesa de capital previsto para 2007. o que significa um aumento real. Francamente olho para a realidade dos últimos anos e, em 2004, houve uma execução da receita de capital de 4,2 milhões de euros; em 2005, registaram-se 7,022 milhões; em 2006 constam 5 milhões na Informação Escrita, embora no final do ano haja, naturalmente, uma recuperação do tempo perdido. De qualquer maneira no ano passado foram 7 milhões, este ano serão outros 7 ou 8 milhões e partir daqui para uma despesa de 19 milhões, parece-me apenas ficção. Penso que era preferível apresentar as contas com outra clareza, o que permitiria, eventualmente, outra posição das bancadas porque temos de ter em conta a posição política e, aí, tenho de dizer que este orçamento volta a querer agradar a gregos e a troianos e, sobretudo, aos PJ, porque não encontro, embora, pela primeira vez, se dê um grande ênfase às questões do emprego, investimento reprodutivo. Defendemos isso há imensos anos, eu particularmente, mas continuamos a apontar, a necessidade de estabelecer prioridades para todos os sectores, para todas as áreas de intervenção, de investimento e da despesa como se fossem fundamentais. É impossível que sejam todos fundamentais mas são todos importantes, não sendo, no entanto, todos prioritários. Na minha opinião e é esta a grande diferença, mas se calhar mais nas palavras do que propriamente no pensamento, penso que prioritário, neste momento, é a aposta urgentíssima em tudo o que possa criar emprego, não só de grande investimento ou de grande porte, mas emprego das pequenas, micros e médias empresas, porque esse é o suporte do emprego a nível do País. Não podemos esquecer que mais de 80% do emprego reside exactamente nas micro, pequenas e médias empresas a nível nacional e não podemos ser excepção em Montemor. O grande investimento também traz perigos e este de que se fala, da AGNI, é diferente, é de alta remuneração, de alto valor, de alta qualificação dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

técnicos, apesar de tudo lugares menos sujeitos às conjunturas do mercado ou, pelo menos, menos afectada com as conjunturas. Os altos técnicos que normalmente circulam, se tiverem um problema conjuntural facilmente arranjam alternativa, mas é de facto no pequeno investimento onde reside a boa parte do emprego, sobretudo para a nossa gente e nós temos que estar preocupados é com a nossa gente. A Carta Educativa (CE) quanto mais não seja tem um mérito enorme que é o de sintetizar, embora em 300 páginas, na parte inicial uma análise, quero acreditar que exacta e rigorosa, sobre o estado real do nosso Concelho, do ponto de vista social, demográfico, escolar e outros que reflectem estados de vida diversos e com grande ênfase no envelhecimento da população. Somos um Concelho com mais de 30% de reformados, com muito baixa remuneração mesmo a nível das pensões, com, relativamente, pouca gente com instrução elevada e se queremos tentar resolver alguns problemas para as gentes do nosso Concelho não podemos esquecer nunca o pequeno investimento que consegue absorver mão de obra. A não ser assim corremos o risco de resolver o problema, como se pretende nalguns Países, trazendo emigrantes para combater a nossa falta demográfica ou seja trazer gente para combater o decréscimo da população; trazer gente qualificada para aumentar o nosso nível de qualificação é importante, mas não podemos esquecer que há 25 mil cidadãos no Concelho de Montemor, boa parte dos quais está carenciada de emprego e, assim, melhorar a sua condição de vida.-----

----- Digamos que o essencial já está dito, mas refiro, ainda, que se prevê já uma receita vinda QREN, do IV QCA, de 1 milhão e 800 mil euros, ou seja, é uma previsão de receita para o ano que vem. Para terminar, gostava de tentar saber de que recuperação financeira estamos a tratar, com que meios? No Plano é indicado, claramente, que vai ser o ano da recuperação financeira e, francamente, não consegui perceber em que moldes. Digo, no entanto, que apesar de tudo isto e tendo em atenção que a política do Governo do PS, com a LFL e a obsessão do equilíbrio orçamental que não facilita a vida dos Municípios Portugueses, embora reserve alguns meios significativos para distribuir em contratos-programa, como espera o PCM relativamente ao CN, é nossa decisão abstermo-nos na votação deste Orçamento e esta decisão fica a dever-se ao facto de, pela primeira vez, sentirmos que há um maior entendimento sobre a importância decisiva da criação de emprego e do desenvolvimento socio-económico de todo o Concelho. Só com empenhamento da CM é possível criar as condições de atracção de investimento, de emprego, de melhor nível de vida para os munícipes, de maior fixação de jovens e de gente de fora, de maior consumo, tudo isto traduzido por construção / aquisição de habitação própria o que trará, também, aumento de impostos, de taxas, de escolas, de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

estradas, de saneamento e de mais emprego. Ora como esta tem sido a nossa guerra política de tantos anos, não faria sentido não dar uma nova oportunidade à paz que, esperamos, se avizinha. Se assim não for cá estaremos, de novo armados, para nova batalha”. -----

-----O PCM usou da palavra para prestar esclarecimentos e disse: “Gostava de responder já por uma razão muito simples - penso que o Membro Jorge Camarneiro conseguiu juntar 2 coisas que é difícil às vezes fazer, que foi juntar as questões técnica e política. É delicado, para mim, agradecer as suas palavras, porque pode ser considerado como uma resposta de agradecimento a uma posição política, mas não é. Faço-o no sentido de que muitas vezes lhe coloco a pergunta concreta e em que ele hoje, de maneira diplomática, nos trouxe aqui a resposta que lhe deram os seus camaradas, PC, quando os questionou de como é que faziam em relação a determinado tipo de circunstâncias. -----

----- Em relação à questão emblemática deste Orçamento e que tem a ver com um ciclo político que espero se encerre em 2007, dando lugar a um outro a partir de 2008, até 2013 ou 2014 e que não poderemos escamotear ou desvalorizar quem dentro das suas competências, do seu saber, da sua dedicação e do seu voluntariado, deu nos diferentes Municípios integrando, também, o de Montemor. Desde há muito que existia uma filosofia de resolver problemas de satisfação de necessidades, emergentes, notórias, de fragilidade territorial extremamente elevadas mas que, na maioria dos casos, infelizmente não corresponderiam à leitura que hoje fazemos. A questão da sustentabilidade, não só a questão da coesão social, mas também da sustentabilidade e da competitividade, no bom sentido da palavra, só se consegue, podendo haver divergências quanto ao método, mas não quanto ao objectivo, com criação de riqueza, captação de investimento e aí estou perfeitamente de acordo. Era por isso que falava anteriormente que um PC, hoje, tem que ter uma dupla disponibilidade para estar a falar na grande superfície, na grande empresa e, ao mesmo tempo, na micro empresa ou na mercearia, porque são valores acrescentados e é necessário ter uma leitura, dentro desta matéria, da necessidade de contrariar 30% de envelhecimento e 12% de analfabetismo que se repercutem no desemprego. Hoje, a maioria das pessoas não terá essa leitura actualizada, mas neste momento no ficheiro de desempregados do Concelho, temos de 8 a 9 centenas de pessoas, das quais metade tem mais de 50 anos e, no máximo, o quarto ano de escolaridade. A outra metade, está entre os 35 e os 40 anos e têm mais do que o nono ano de escolaridade e é para estes que temos que nos virar. Digo isto porque estou à vontade, porque sou técnico desta área e tenho a obrigação de saber que não são as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

AGNIs que vão resolver esse problema já que vão colocar uma cota muito ínfima. Para este tipo de população temos que captar outro tipo de investimento, provocar a deslocalização interna no Concelho, a modernização do empresariado municipal quer em termos de micro ou de média empresa, conseguir captação de áreas de serviços ou de transformação que possam colocar estas 400 ou 500 pessoas. As outras, fundamentalmente, vão funcionar para uma coisa que é nevrálgica, que é trazer novos residentes, com poder de compra melhorado, com capacidade intelectual e consumista que venha ao encontro doutros projectos que também estamos de acordo, sejam do ponto de vista do lazer desportivo, do património, cultural ou da oferta de eventos, entre outros. Não me parece que haja grandes divergências entre aquilo que foi dito e aquilo que concebo; a questão que aqui se põe é a velocidade, o pragmatismo e os resultados e esse é o grande repto deste meu segundo mandato. Digo, sinceramente, que não podemos lutar pela resolução de problemas apenas de cariz de coesão social, isso é do séc. XX que já é passado. Isso não traz perspectiva - é uma obrigação, é como a questão de respirarmos. Qualquer um de nós tem de respirar - a única coisa que pode questionar é se o ar tem mais ou menos "CO2", se tem melhor qualidade ou não e esta questão é a questão nevrálgica. -----

----- Em relação a algumas das dúvidas apresentadas digo-lhe que, se leu com atenção a situação financeira actual, a receita corrente, entrada até meados do mês de Dezembro, já vai em 9 milhões e 800 mil euros, números redondos, sem ter os FEF's do mês de Dezembro que só entram dia 16. Se se somarem, no mínimo esses, FEF's que são 600 mil euros, temos 7 milhões e 200 mil euros e ao longo do ano todo atingimos uma receita que deve rondar entre os 10 milhões e 400 mil e os 10 milhões e 600 mil, o que significa que para os 10 milhões e 800 mil, apontados no orçamento, o crescimento é não chega a 1%, na realidade. E porquê? Porque como também foi dito e bem, retirando a venda de património no que diz respeito à receita de capital, tudo o resto está legislado e resulta de médias aritméticas dos anos anteriores, considerados entre Outubro do ano em causa e Outubro do ano anterior. O que neste momento salta, do ponto de vista de importância de receitas, é resultado de situações que encontrei de determinados loteamentos que estavam aprovados, cujo desenvolvimento e receita não tinha sido ainda obtida, de outros que estavam ilegais e que obrigámos a legalizar. E a receita de imobiliário também está a crescer bastante e para isso dou-vos um exemplo: há uma empresa, neste Concelho, que labora há mais de 20 anos e que só agora vai legalizar-se e pagar entre 200 a 250 mil euros de loteamentos cujo levantamento dos respectivos alvarás andavam a protelar-se. Há que encontrar um equilíbrio, porque a LFL por um lado negligencia mas, por outro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

lado, obriga a que haja uma manifesta engenharia financeira que é delicada e é perigosa. Não vejo isso em termos de Montemor, mas nas grandes cidades, são hipotéticas dependências que se vão criar do imobilizado aleatório para obter compensações do que se perdeu por outras vias o que pode obrigar Municípios a realizarem compensações. Se a LFL for aplicada na íntegra há 40 a 50 Municípios do interior e de pequena dimensão que tendem a desaparecer. Ora, tudo isto pode ser uma estratégia pois pode vir a ser a base de sustentabilidade gradual para a regionalização e esse é um problema político. Sobre as questões que aqui foram referidas, diria que este Orçamento fecha um ciclo que trazia uma velocidade de investimento que, nestes últimos 5 anos, atingiu cerca de 39 milhões de euros de investimento pago, à média de 8 milhões / ano. Se se juntarem 4 milhões de pessoal, 2 milhões de pagamento do serviço de dívida, temos 14 milhões, ficando de fora a aquisição de bens e serviços e as transferências para o associativismo. O Concelho estava atrasado em termos de desenvolvimento económico, mesmo em relação a Cantanhede e a outros nossos vizinhos e, esta é uma questão que assumo em termos de projecto de desenvolvimento, ou aproveitávamos uma altura de baixa para chegarmos ao limiar de crescimento desse investimento que nos desse uma velocidade de recuperação como Portugal tem que ter em relação à Europa. Não pode haver hipocrisia de, por um lado dizer que isto se aplica a uns e, quando se chega aqui, se tenha uma altitude contrária e esta questão é crucial. Se temos de aceitar determinadas prerrogativas, elas não podem ser para aplicar numa circunstância ou noutra. O desafio que o Membro Jorge Camarneiro deixou presente, eu considerá-lo-ei. Por interesses políticos que são legítimos esperará, com certeza, que eu falhe nalgumas coisas, mas eu espero que tal não aconteça e tudo o que conseguir concretizar é para bem do Concelho e não nos regozijaríamos, como já vi determinado grupo fazer, até em cerimónias solenes, desejando que alguns dos projectos anunciados não viessem para o Concelho, porque isso era uma derrota do PCM. Quando essas pessoas mitigam o interesse do Concelho, daquilo que se dizem defensores, para salvaguardar os interesses pessoais, não têm perfil para serem gestores deste Município. É com muito gosto que digo que, anteontem, a melhor prenda de Natal foi a API ter aprovado o financiamento para a fábrica da AGNI que irá iniciar a partir de Março ou Abril de 2007, a sua construção. Um projecto extremamente importante, mas não é só esse. Outros viram já anunciados e que traduzem uma estreita ligação entre o desenvolvimento industrial e logístico com o sector primário, que continua a ser fundamental. As questões do bio-diesel, do bioetanol, ligadas às produções cerealíferas, do milho, do arroz, ou da beterraba vão ser fundamentais mas os nossos agricultores têm que mudar de pensamento. Querem trabalhar para o mercado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

ou querem trabalhar para os subsídios? Querem trabalhar para um Vale que pode ter mais que uma cultura de modo a criar competitividade com a economia global de abastecimento de mercados, como seja o norte de África, a Malásia, Indonésia ou a Índia? Esta é a realidade a alterar já que se cativarmos e capturarmos esses investimentos temos, de uma vez por todas, ter a coragem de confrontar quem na realidade tem que saber o que é que é feito de 375 milhões de euros investidos no plano de obras hidro-agrícola do Vale do Mondego sem incluir as barragens. É urgente momento tomar uma posição política, porque o actual Governo que já hoje aqui elogiei, está a despejar todo o dinheiro no Alqueva e no Alentejo e são precisos 35 a 40 milhões de euros para acabar o plano de regadio e o plano de defesa do Baixo Mondego (BM) como obra primordial para que possamos estar salvaguardados. Não é com as respostas que o INAG ou o orçamento de Estado dão que podemos estar salvaguardados, bem pelo contrário. Penso que, uma vez mais, vai ter de haver uma grande intervenção de solidariedade inter-municipal entre Montemor, Figueira da Foz, Soure, Coimbra e Condeixa, sobretudo dos Concelhos que mais podem utilizar esta grande área territorial que é o BM e em relação a essa matéria estou extremamente preocupado. Espero que, como resultado duma reunião que se realizou primeira quinzena de Dezembro com os responsáveis do INAG, do IDRHA e dos PJ mais ligados à área ribeirinha do Mondego, consigamos uma audiência, com carácter de urgência, com o Ministro do Ambiente para que seja salvaguardado que o BM deve, prioritariamente, ter uma linha temática no futuro QREN que permita que nos próximos 2 ou 3 anos se concretizem estas obras. Esta é uma mensagem que deixo aos 3 grupos e ao poder político porque se tivermos a miopia política, do casulo político/partidário não vamos conseguir levar a bom termo esta tarefa e essa é uma circunstância nevrálgica. Estamos a falar dos afluentes do Mondego, da salvaguarda de toda a infra-estrutura, do reaproveitamento da navegabilidade do Mondego, do aproveitamento turístico e do emparcelamento e que, de acordo com dados do próprio Estado, custa 35 a 40 milhões de euros”. -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Obviamente que analisámos os documentos que nos foram propostos do Plano e Orçamento para o ano de 2007 e anos seguintes. Encontrámos intenções e objectivos que consideramos interessantes e que se podem revelar importantes para o desenvolvimento do Concelho se a CM for capaz de os operacionalizar no âmbito do IV QCA, por forma a garantir que um conjunto de obras e de investimentos se possam concretizar tendo por base o financiamento que vier a ser conseguido através das candidaturas que venham a ser feitas, quer para estruturas básicas ou outras áreas de desenvolvimento económico,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

social e cultural, com relevância para a criação de emprego. Encontrámos, também, algumas situações que nos preocupam e, uma delas, prende-se com as receitas. Estranhámos e não compreendemos o aumento da receita global em 15,21% quando se refere uma perda efectiva de 7% das verbas transferidas em resultado da aplicação da nova LFL e, de alguma forma, não aceitamos a posição assumida pelo Executivo de resolver esta diminuição à custa dos munícipes e passo a citar: “em 2007 os bens e serviços prestados pela CM serão objecto de revisão e reavaliação”. Em termos práticos significa um aumento de custos de bens e serviços, das taxas, dos impostos directos e indirectos e, eventualmente, a questão de alguma alienação de património já que não é, para nós, previsível que haja a curto prazo um aumento significativo da receita por retorno do investimento em desenvolvimento económico. Por outro lado e sobre a criação de emprego, fixação de pessoas e criação de riqueza, as questões da AGNI, do bio-diesel ou do bioetanol são prerrogativas interessantes para o Concelho e que naturalmente desejamos, sinceramente, que aconteçam. -----

----- Em relação à nova LFL consideramo-la necessária para responder aos objectivos e às necessidades do País até porque se trata só de uma opção pela contenção orçamental para controlo do deficit. Entendemos que o Governo, as Autarquias e as Instituições que recebem dinheiro público têm o dever de gerir bem o que lhes é colocado ao dispor; os investimentos devem ser bem calculados, bem pensados para que possa resultar, a curto ou médio prazo, um retorno e que dele sejamos ressarcidos. De outra forma vamos assistir ao endividamento progressivo e ao aumento do passivo de cada um e, certamente, este é um lugar que ninguém gostará de deixar hipotecado para as gerações vindouras sem liberdade de escolha do seu futuro. Nesta linha de pensamento e da análise dos documentos que nos foram propostos preocupa-nos a situação económico-financeira da CMMV, com uma dívida à banca na ordem dos 12 milhões de euros que resultam, neste orçamento de 2007, em encargos fixos com o serviço de dívida, juros e amortizações, em cerca de 2 milhões de euros, ao qual não deve ser alheio a questão do passivo de curto prazo e que, de alguma forma, o PCM já o explicou. Por outro lado, não esquecemos que a CM se prepara, no ponto seguinte desta OT para submeter à apreciação desta AM a autorização de contracção de mais um empréstimo de curto prazo que irá para mais 730 mil euros. Embora estejamos a discutir claramente o Plano e Orçamento e não a Conta de Gerência, estas discussões não devem ser descuradas, porque o Orçamento é afectado por aquilo que se passou em 2006, nomeadamente pelos investimentos e obras que foram lançadas e que ainda não foram pagas. Uma outra

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

questão que importa saber claramente qual é qual a recuperação financeira que a CM está a fazer. -----

-----Não vemos neste Orçamento medidas efectivas de contenção orçamental - despesa global sobe proporcionalmente ao aumento da receita; a receita de custos fixos aumenta também e não vemos uma distribuição de igualdade de investimento registando-se uma maior concentração de investimentos na sede do Concelho e, assim, parece-nos que há uma planificação que reaceamos que em pouco venha a projectar desenvolvimento e seja, apenas, uma adaptação às necessidades da população.-----

-----Por último, dizer que reconhecemos ao Executivo legitimidade para apresentar e defender as propostas que desejar mas, por uma questão de coerência com a posição assumida pelos eleitos directamente na AM pelo PS, no último Orçamento e, ora, pelos vereadores do PS, decidimos não votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007 e anos seguintes, deixando aos PJ eleitos nas listas do PS a liberdade de voto de acordo. Esta é uma posição política pela qual nos responsabilizamos, deixando a quem de direito, aos cidadãos eleitores deste Concelho que, no futuro, sejam pela opção que agora tomámos”. -----

-----O PCM respondeu às questões colocadas, dizendo: “Por uma questão de ética, tenho que responder já de seguida. Uma das resposta escuso eu de a dar porque o Membro Jorge Camarneiro, quando fez a sua análise às declarações de voto sobretudo do Executivo, foi muito isento e ao mesmo tempo muito objectivo e, como não tomei posição no Executivo, em relação à declaração de voto do PS, também não a tomo aqui, precisamente para manter essa equidistância. Mas permita-me o seguinte: voltamos às questões técnicas e quando as pessoas não as dominam não devem fazer determinadas afirmações. Os empréstimos que aparecem na receita, não são empréstimos para contrair, já são empréstimos contraídos: um é o empréstimo que diz respeito ao Pólo Industrial de Montemor, cuja verba ainda não foi esgotada porque só agora é que obra foi acabada, e o outro diz respeito à EN 341 que foi financiada pelo Fundo Comunitário em 50% e a qual nós temos direito a mais 40%, porque 10% tem que ser em capitais próprios. Isso está na Lei do Orçamento de Estado e na LFL e são receitas que a CM tem, de acordo autorização dada por esta AM e que não contam para o endividamento, de acordo com a própria LFL. Porque decorrem das intenções, elas têm que ser pagas, mas não contam para os níveis de endividamento porque decorrem dos apoios complementares aos projectos que foram financiados pela União Europeia. O mesmo se passou com a pista de remo e recordo, de uma vez por todas, que a AM, de então, votou, por unanimidade, o empréstimo destes 10 milhões de euros para ultrapassar a situação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

que encontrei quando aqui cheguei. Realizou-se, então, uma auditoria em que tivemos que contrair um empréstimo de 6 milhões e 500 mil euros para pagar a dívida do CN, pelo qual dou a cara e elogiei o anterior PCM e, essa hipocrisia tem que ser assumida de uma vez por todas. Esses 6 milhões e meio foram para pagar uma obra que excedeu este montante e, quando cheguei a esta CM não tinha um único protocolo assumido de financiamento. Se deduzirem esse valor, vejam quais as dívidas que contraímos e para que obras foram. Respeito os vossos argumentos, mas não digam inverdades porque, para a contracção desse empréstimo votaram, por unanimidade, o grupo do PSD, o do PS e o do PCP, depois da auditoria feita e aqui apresentada. Os endividamentos criados, posteriormente a isso, são para obras financiadas como, por exemplo, as passagens superiores, a requalificação urbana Santo Varão e Formoselha, o saneamento da margem esquerda e Etar's respectivas, a requalificação da EN 341 e da zona urbana de Pereira e gostaria que afirmassem, de uma vez por todas, que estas obras não deviam ter sido feitas. Tudo isto representa 6 milhões de euros e, olhos nos olhos, não tenham capacidade de questionar quando não estão suportados. Em relação aos empréstimos de curto prazo, a apresentar no ponto seguinte, é uma prerrogativa que a Lei nos concede, sobretudo a quem vai entrar nos últimos 6 meses do III QCA e, como também deviam saber, nós pagamos primeiro para receber depois e para isso é necessário haver disponibilidade financeira. Já disse que temos cerca de 4 milhões para receber dos Fundos Comunitários em obras. Sobre o pedido de empréstimo de curto prazo, deixem-se de fantasmas, porque a Lei diz claramente que têm que estar vencidos até ao final do exercício económico, senão a responsabilidade criminal, política e cívica é do PCM e, permitam que diga que nessa matéria eu, conscientemente não preciso desses apoios, porque quero concretizar essas mesmas solvências dentro dos prazos a que estão adstritos. De uma vez por todas tenhamos uma linguagem de franqueza - já disse e volto a afirmar, que o passivo de curto prazo é de 8 milhões e pouco, como é que se vai reduzir? Muito bem, uma parte vai ser reduzida com a recepção dos financiamentos que vos falei e a outra vai ser por diminuição de despesa corrente por contra partida de execução na despesa de capital. E se a receita corrente vai aumentar, já demonstrei que até ao final deste ano, o valor que nós vamos atingir é quase aquele que estamos a aplicar como previsão para 2007, não chegando a diferença a 0,05%. Em relação ao resto, a democracia é assim mesmo. Só lamento que vos dê correctos os elementos e depois eles sejam apresentados como ricochete, duma maneira que não me parece a mais ética. Lembremo-nos que a dívida desta casa está consubstanciada em 40 milhões de euros de investimento em 5 anos; vão à história toda e a apresentem-me, a valores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

correntes, a valores actualizados quando é que esse ciclo passou por esta casa. Se alguém tem a cabeça no cepo é a maioria, que confia na liderança, mas não sou o Presidente só do meu grupo, sou o Presidente de todos e, por isso, exijo que haja ética para que nos possamos compreender e articular as argumentações. Em Fevereiro, Março ou Abril de 2002, a contracção desse empréstimo de 6 milhões e 500 mil euros foi, do ponto de vista, a grande questão fulcral, porque passado um mês uma iluminada do meu partido, a ministra das Finanças, fixou o rateio e a redução das verbas a todo este País e, é evidente que isso tinha levado a que hoje não tivéssemos obras, estávamos a gerir a crise. Neste momento estamos acima da nossa capacidade de endividamento até 2008, o que quer dizer, por outras palavras, que, durante o próximo ano de 2007 pelo menos, tem que haver uma correcção de cerca de 3,5 a 4 milhões de euros, ou seja reduzir a dívida de curto, médio e longo prazo dentro desses montantes. Sem ser extremamente optimista penso que só os Fundos que temos para receber podem dar uma machadada nesta circunstância de 70 a 80%. Este é um dos dados que, por exemplo, penso que poderia ter sido perguntado. Isto é, entre o limiar da dívida actual e o limiar que nos vai fixado pela nova LFL, aí é que há divergências ainda da interpretação se é 2008 se é 2009 até porque, às vezes, o Governo diz uma coisa e depois diz outra. Em qualquer circunstância há uma diferença entre o montante actual e o montante que vai ficar como limite para o Concelho de Montemor que varia entre os 3 milhões e meio e os 4 milhões de euros que é, por acaso, o valor também daquilo que nós temos para receber, mas como nós não podemos olhar para isso, porque ainda temos repercussão de investimento, pomos uma margem de 20%, vai ter que haver poupança da nossa parte de 20% ou seja à volta de 150 a 200 mil euros. Depois, onde é que está o medo da alienação de património? Para quê terem-se aí edifícios degradados que não servem para nada? Para sermos acusados de exigir ao munícipe aquilo que o próprio Município não consegue fazer? Dois ou três exemplos: o antigo quartel da GNR, o solar dos Pinas, os terrenos que temos em Verride, na Quinta das Pretas, os terrenos que temos em Gatões, os terrenos que temos em tantos outros sítios. Como está no próprio Plano de Actividades vamos recuperar o Pórtico do Solar dos Pinas que é a única coisa que é classificada de interesse. Estamos a renegociar a proximidade do arquivo municipal para junto da Biblioteca. Queremos dar nova vivência ao Centro Histórico de Montemor. A CM que incentivos faz para a fixação de jovens casais no Centro Histórico de Montemor? Ponham-se também deste lado e façam contas e vejam o porquê? Qual é o problema de alienar edifícios que não têm interesse do ponto de vista global? Criaram por aí a panaceia de que se ia vender o campo de futebol para mais uma média superfície mas é mentira. Porque é os terrenos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

libertados pelo campo de futebol, quando for mudado para o projecto do CN, não podem ser rentabilizados para moradias, para fazer estancar toda aquela zona imobiliária, alguma dela perfeitamente anacrónica? E estamos a falar de um milhão de euros. Quando chegar o momento exacto, traremos o assunto à discussão desta AM. Quanto à postura política não me passa pela cabeça fazer o mínimo de critica nesta matéria mas faço alguns comentários por estar à vontade e de consciência tranquila quanto às premissas invocadas que nalguns dos casos, permitam-me que vos diga, revelaram má ou fraca leitura em relação aos documentos”.-----

-----O Membro Mário Pardal apresentou a **Declaração de Voto** que está conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **08**.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que, obteve o seguinte resultado:-----

-----Votos contra – 6; -----

-----Abstenções – 1;-----

-----Votos a favor - 27.-----

-----Esta proposta do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2007 foi aprovada por maioria.-----

-----**PONTO CINCO – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DE ---**

----- **EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO;**-----

-----O membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Na linha do que foi a tomada de posição política em relação ao Plano e Orçamento, o grupo do PS está preocupado com a situação económico-financeira da CM e com mais este pedido de autorização de contracção de empréstimo. Sendo certo que o entendemos como uma antecipação da receita e que terá que ser pago em 2007, é claramente uma posição política, que assumimos em conformidade com a dos vereadores do PS, embora na acta que foi distribuída venha que eles se teriam absterido, nós votaremos contra deixando liberdade de votação aos PJ, eleitos pelo PS”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Só para dizer que é perfeitamente normal que se façam empréstimos deste género para a gestão da vida corrente da Autarquia e, por essa razão não temos nada a opor, neste caso votamos a favor”.-----

-

-----O Membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Só para reforçar o que o PCM já tinha falado à cerca deste tipo de empréstimos e em que, cuidadosamente, tentou explicar que têm de estar solvidos até ao final do exercício em vigor e que tal se deve, apenas, à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

necessidade de antecipar verbas disponíveis para depois receber os Fundos Comunitários que já estão cabimentados. Estar aqui a pôr em causa este tipo de expediente é, no fundo, estar a questionar todas as obras que estão na rua e que têm financiamento comunitário. Penso que há aqui alguma falta de bom senso, numa lógica político-partidária algo retrógrada e a questionar obras muito importantes para o Concelho. Das minhas palavras se conclui que o grupo da Coligação vai votar favoravelmente”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se à votação desta proposta, que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 06;-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor - 28.-----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

-----**PONTO SEIS** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A DELE-
----- GAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PELA CÂMARA MUNICIPAL ----
----- NAS JUNTAS DE FREGUESIAS - 2007 -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra, dizendo: “Penso que fazia sentido que os PJ pudessem dizer 3 ou 4 palavras sobre isto. O que está em causa é de facto a transferência de meios da CM para as JF que permite fazer um conjunto de obras, meios financeiros, humanos, máquinas, etc. De alguma forma, há uma experiência já acumulada de alguns anos e não me lembro do ano passado ter sido feito e, por isso, penso que não deveríamos votar esta questão sem termos conhecimento ou pelo menos ter a opinião de 3 ou 4, que nos pudesse relatar alguma desta experiência já que são eles que acompanham diária ou semanalmente, estes trabalhos e as transferências. Gostava de saber, uma vez que sou eleito directamente para esta AM, se tem ou não tem mérito ou o mérito necessário que lhe é dado. Pela posição que foi assumida na votação do Orçamento e do Plano de Actividades, eu deduzo que os PJ estão satisfeitos e agradecidos, mas seria bom ouvi-lo dizer de boa voz”. -----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Salvaguardada que está a questão legal desta Delegação de Competências, tal como no passado, tivemos uma conversa com os PJ eleitos pelo PS e estamos ao corrente dos protocolos estabelecidos. Consideramos que são importantes, que são uma mais valia e deles tem resultado uma boa gestão e grande capacidade de execução por parte dos PJ que têm sabido rentabilizar os recursos que a CM lhes tem atribuído, materializando-se, muitas vezes, em obra, fazendo muito mais com os mesmos recursos. Daí que votaremos favoravelmente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

esta proposta. Apenas uma nota: que todas as JF procedam à ratificação nas respectivas AF". -----

-

-----O PJ de Abrunheira pediu a palavra e disse: Só para chamar à atenção porque penso que há uma incorrecção no anexo número 03 da proposta que, na minha perspectiva, não está correcto, atendendo ao calendário do ano passado. Quanto ao que o Membro Jorge Camarneiro disse, repondo-lhe que não estamos satisfeitos nem contentes; apenas tentamos fazer o melhor para a nossa freguesia. É claro que desejávamos muito mais. Era só isso".-----

-----O PCM pediu a palavra e disse: "Posso informar que o mapa que referiu foi alterado, sobretudo para as pequenas freguesias não ficarem sem os meses de Julho, Agosto e Setembro com mais tempo de máquinas. Houve uma readaptação e retomámos o processo, começando em Pereira já a partir de Janeiro, e ficaram 2 freguesias, Verride e Vila Nova da Barca. Actualmente as máquinas estão em Tentúgal e é para depois terem uma programação que vá buscar outra altura do ano e não só nos períodos que eram menos apetecíveis e compensou-se. Foi essa a orientação dada pelos serviços, tendo em conta que nas pequenas freguesias havia algumas queixas que apanhavam sempre com períodos menos adequados e, portanto fez-se esse reajustamento. Vamos ver como é que funciona, se houver necessidade nós depois reaproveitaremos melhor o tempo".-----

----- Passou-se de imediato à votação tendo a proposta foi aprovada por unanimidade.--

----- Cerca das 13 horas e 30 minutos, o PMAM declarou suspensos os trabalhos, para almoço, sendo retomados às 15 horas. -----

----- Retomados os trabalhos, procedeu-se à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças e ausências:-----

----- **PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, José de Oliveira e Sousa, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Buço, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca.-----

----- **AUSÊNCIAS** - Membros: Maria Isabel Martins Rolim. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

PONTO SETE – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DA -----
----- ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS/ÓRGÃOS SOCIAIS DA -----
----- AD ELO; -----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Muito obrigado. Apenas para expressar o nosso sentido de voto já que nos parece interessante a reactivação da AD ELO, tendo em consideração que os seus objectivos passam pelo desenvolvimento local e regional. Pensamos que, desta forma, se podem desenvolver e operacionalizar estudos e projectos que no âmbito do IV QCA e do QREN, possam, numa lógica de cooperação intermunicipal, resultar ganhos para o Concelho e, nessa perspectiva votamos favoravelmente”. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Esta alteração aos estatutos da AD ELO, neste momento, vêm facilitar ainda mais a funcionalidade desta estrutura intermunicipal e com vários agentes que julgo que são fulcrais. Contudo, queria aproveitar este ponto para deixar, à AM, uma preocupação extremamente delicada. Para quem está menos imbuído dos conhecimentos do como é que vai ser o próximo QCA, a parte que diz respeito à agricultura, não está incluído no QREN - vai ser feito à parte através de um programa específico cuja discussão vai comportar 3 eixos fundamentais. Um desses eixos, o 3º, englobará os projectos idênticos ao LEADER, que têm funcionado ao longo dos últimos 4 QCA e para os quais tem havido, sobretudo por parte da EAD ELO uma componente extremamente importante, porque tem sido gestora do Projecto para o espaço territorial dos concelhos de Penacova, Mealhada, Cantanhede e Montemor-o-Velho. Em meados do ano corrente, o Departamento de Planeamento do Ministério da Agricultura (DPMA) emitiu um 1º mapa do continente onde se especificava o que se designava por Portugal Rural e que estaria disponível para aceder ao próximo QCA, dentro desta área. Ora, este mapa não englobava os Concelhos de Montemor-o-Velho e da Mealhada, que fazem parte do território da AD ELO, por não preencherem os requisitos considerados pelo referido DPMA como necessários para serem considerados como rurais e, Montemor aparecia como um Concelho “peri-urbano”. Gerou-se, então, a preocupação de que o Concelho pudesse perder alguns apoios, que não têm nada a ver com a questão da política agrícola destinada aos agricultores, nas áreas do investimentos, sobretudo de pequenas e de médios investidores ligados à ruralidade, no capítulo de artesanato, de turismo gastronómico e de outros aspectos em que, em cerca de 4 anos, se investiram entre 5 a 8 milhões de euros. Então, a partir de numa intervenção feita pelos PCM de Montemor e da Mealhada, junto do DPMA e, pessoalmente, junto do Ministro da Agricultura, através de contacto directo com o seu Gabinete e, após a análise de um conjunto de premissas e de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

factores, em Setembro foi confirmado que, face às pretensões apresentadas pela AD ELO e pelas Câmaras referidas, Montemor passaria a constar, de novo, do mapa do Portugal Rural e, assim, teria acesso ao eixo 3, inserido nos programas de agricultura para os próximos 6 anos. Em relação à Mealhada não foi considerada a sua totalidade, mas algumas freguesias ficam apenas a este projecto. A necessidade de termos este território prende-se com o facto de uma Associação de Desenvolvimento Local ter de possuir contiguidade territorial. Por exemplo, para Penacova se manter neste território é preciso que a Mealhada se mantenha, porque senão não existe ligação territorial e se Montemor saísse ou não tivesse acesso a estes apoios, a AD ELO para se manter teria que procurar novas extensões territoriais, por exemplo Vagos, Mira e outros concelhos completamente fora dos temas que nós patrocinamos. Mas nem tudo está bem, porque se em Setembro recebemos esta missiva, em Novembro, quando o documento foi posto à discussão pública que decorre até 15 de Janeiro, os mapas voltaram à versão inicial, por vontade expressa do Ministro. De acordo com contactos que já fiz, a abertura que tinha sido feita foi de tal modo abrangente que até Vilamoura já era rural e face a tudo isto voltámos à posição inicial onde neste momento Montemor volta a ser “peri-urbano”. É evidente que neste momento, na dupla qualidade de PCM de Presidente da AD ELO, tive uma reunião com o Presidente da CCDR a quem manifestei essa preocupação e falei, de novo, com diversas instâncias do Ministério da Agricultura, tendo ficado em aberto a hipótese de reclamarmos, para ver se somos ou não integrados. Para se aperceberem do preciosismo das coisas, digo-vos que um dos indicadores é a população activa no sector primário de acordo com o Censo de 2001 e a regra diz que os concelhos que estiverem abaixo de 10% não são considerados rurais e, nessa altura, o nosso concelho atingia apenas 9,91%. É evidente que neste momento estamos a reclamar, numa acção concertada pela AD ELO, pelo Município de Montemor, pelo Município da Mealhada e pela CCDR, mas penso concretamente que esta circunstância devia merecer da parte da AM uma moção contra esta posição do Governo colaborando, assim, para que o Executivo mantenha a defesa intransigente de que Montemor é um Concelho que se orgulha de ser rural, independentemente da modernização que está a ser alvo e que quer atingir. Esta é uma situação muito penalizadora para o concelho, sobretudo para muitos dos eventuais cidadãos do Município que poderiam ter acesso a esses apoios e há JF e instituições que tiveram acesso ao LEADER e que agora vão ser preteridas. São diversos os apoios a unidades de restauração, ligadas a sectores tradicionais do sector primário; a novas tecnologia de informação que foram desenvolvidas por JF e outros; a recuperação de zonas verdes e de espaços verdes; a recuperação e aproveitamento de investimentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

em vários ramos de actividade ligadas ao sector ambiental, temático e primário e que vão ser prejudicados e penalizados”. -----

-----Não havendo mais intervenções passou-se de imediato à votação tendo proposta sido aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO OITO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PRO-
----- POSTA DE NÃO FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREI-
----- TOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO DE 2007; -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Para dizer que é pelas razões invocadas, na fundamentação da proposta de não fixação de taxa municipal de direitos de passagem, que é preciso estar muitas vezes de pé atrás com estas empresas que começam por ser públicas e que depois rapidamente vão parar aos privados. Pelo que me apercebi a PT, pelos vistos, não paga à CM aquilo que ela própria cobra e que devia devolver, pelo que é preciso ter cautela com estas situações que é o que pode acontecer com as AP e com as AM daqui a uns anos, quando aquilo for privado e mais de metade do capital estiver nas mãos de quem vai gerir o negócio”. -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “A CM aprovou o “Não lançamento da taxa Municipal TMDP”, e disse que ia dar conhecimento à AM e é o que se encontra na deliberação de Câmara mas o que na convocatória refere que será para a AM aprovar a não aplicação dessa taxa, e penso que, ambas as coisas, estão correctas. Isto significa que nada obstava a que a AM, por qualquer motivo, quisesse contrariar a decisão do Executivo - nós propomos não aplicar mas, por qualquer motivo, a AM poderia considerar, por unanimidade ou por maioria, que tinha que ser aplicado e daí a ratificação ou não da posição que a CM tomou. Há direitos deste órgão, e independentemente da CM não ter feito a proposta, podia assumir e querer repor a situação antagónica da que foi emanada, daí que não seja só para conhecimento”. -----

-----Não havendo mais intervenções passou-se de imediato à votação tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO NOVE** – APROVAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DA-----
----- PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR UM ANO DAS MEDIDAS --
----- PREVENTIVAS PARA A ÁREA DO PLANO DE PORMENOR --
----- DO PARQUE LOGISTICO E INDUSTRIAL DE ARAZEDE -----
----- (PLIA); -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Para referir que os pressupostos que fundamentaram a decisão que a AM tomou, em 29 de Abril de 2004, quando suspendeu os artigos do PDM, nesta área do PLIA se mantém, considerando que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

foi válida por 2 anos e está o prazo a esgotar-se. Pensamos que o PLIA será muito importante para o desenvolvimento do Concelho, para a fixação de empresas e criação de emprego e, nesse perspectiva claramente estamos de acordo e votaremos favoravelmente”.-----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Vou ser muito rápido. Apesar da burocracia, neste momento pensamos que o processo está à beira de ser encerrado: temos garantia de que da parte da REN os problemas estão resolvidos e que falta encaminhar o processo para a Presidência do Conselho de Ministros, para ser aprovado e publicado em DR o que pode demorar 2 ou 3 meses. Contudo esta salvaguardo, desde já, que se houverem projectos individuais para a zona, há compromissos oficiais, quer do Secretário de Estado do Ordenamento e do Presidente da CCDR, de que esses trabalhos se desenvolverão com a mesma celeridade e pertinência para que esse projectos não fujam daqui. Enquanto isso não ocorrer e porque os prazos estão a terminar, temos que revogar a decisão, pelo menos, por mais uma ano, para salvaguardar a entrada em vigor das medidas que vão ser aprovadas a nível do Conselho de Ministros para este objectivo e para este fim”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação e a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO DEZ – VOTAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DAS LISTAS A REMETER AO CONSELHO DA MAGISTRATURA E AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA “JUÍZES SOCIAIS”;** -----
----- ANO 2006. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Relativamente que este ponto fosse, relativamente, pacífico. O PCM teve a delicadeza de informar do processo de indicação destes nomes, pela pressão da Magistratura Nacional e, para mim, era um dado adquirido que nem sequer ia contestar esta lista, nem ia referir coisa nenhuma em relação a isto, mas ao ter acesso à lista verifico, lamentavelmente, modifico a minha opinião. Nesta lista em que os cidadãos indicados deveriam representar cada freguesia, escolhidos de uma forma aleatória dá a sensação que tal não aconteceu. Foi dito que o PCM tinha reunido com os PJF ou pedido a sua colaboração e que eles teriam, dentro das pessoas que lhe pareciam capazes, indicado os nomes. Muito bem, só que por coincidência ou talvez não, os PJ estão cá todos, excepto um ou dois e os outros nomes são todos do PS ou do PSD, conforme a JF. Estranha coincidência. Muito obrigado”.-----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Nesta circunstância, como em muitas outras, sou solidário com todos os PJ porque foi-lhes pedido que fornecessem nomes e, eu próprio, referi que se foram eleitos, se merecem a confiança dos cidadãos, quem melhor do que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

eles com a proximidade que têm às populações mais desfavorecidas, aos problemas do dia-a-dia, para poderem ir a Tribunal defender o bem público, o direito à solidariedade da maioria dos jovens, as problemáticas das crianças, os problemas do arrendamento rural ou da contratação colectiva para fins eminentemente municipais. Que eu saiba não há nenhum PJF da CDU porque se houvesse também cá estava. Os PJ apenas me garantem a proximidade às populações e um melhor conhecimento para poderem estar acompanhados por Assistentes Sociais, por Sociólogos, por quem quer seja para defender os interesses das populações. O que está aqui em causa são circunstâncias de tal maneira delicadas, do ponto de vista social e humano que requerem uma sensibilidade muito particular e, naturalmente, a maioria dos PJ não gostariam de se ver envolvidos nestas circunstâncias que são sempre nefastas, de modo emotivo, afectivo e de racionalidade. Solicito aos PJ que não votem esta lista, porque estão lá e por isso não podem votar”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 01;-----

----- Votos a favor – 22. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

-----**PONTO ONZE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PRO- --

----- POSTA PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA -

----- EMPRESARIAL E LOGISTICA POLINUCLEADA DO PORTO --

----- DA FIGUEIRA DA FOZ, BEM COMO OS SEUS ESTATUTOS;

----- O PCM usou da palavra para fazer uma breve apresentação do ponto em causa: “Agradeço, desde já, a presença do Sr. Prof. Luís Tadeu e do Dr. Gonçalo Inácio que vão apresentar a questão da Plataforma Empresarial e Logística Polinucleada do Porto da Figueira da Foz e que se prende, de acordo com a deliberação da CM endereçada a esta AM, com a participação da Autarquia na criação dum ACE, cujo regulamento foi distribuído e que visa dotar um conjunto de 10 Municípios de logística, neste caso concreto, à volta do porto da Figueira da Foz. Para nós que temos vindo a apostar na criação de zonas logísticas e empresariais, penso que esta iniciativa é extremamente importante e pauta-se pela necessidade pragmática de modo a que se consiga enfatizar, neste eixo Coimbra / Figueira, uma solução abrangente de criação e captação de investimento e que possa permitir galvanizar um conjunto de estruturas ferroviárias, portuárias e rodoviárias importantíssimas para a região. Refiro-me ao porto da Figueira, à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

Linha da Beira Alta, à Linha do Norte, pelo do ramal da Figueira da Foz/Alfarelos, à A14 A17, A1e outras. Este trabalho, teve a sua génese na CM da Figueira da Foz e, desde a primeira hora, o trabalho foi desenvolvido por uma equipa presidida pelo Prof. Luís Tadeu para o qual vou passar a palavra para que elucide a AM sobre os pressupostos e os princípios básicos que levaram a este trabalho e, sobretudo à repercussão que terá, num futuro próximo, em termos de encargos a manutenção da posição do Município de Montemor nesta parceria”.-----

----- O Prof. Luís Tadeu usou da palavra e disse: “Como disse o PCM, há um trabalho desenvolvido, desde o início de 2004 e que começou com 4 Autarquias, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure e Coimbra, para estruturar uma linha de desenvolvimento para este eixo. Começou por se definir uma visão global para o desenvolvimento deste Pólo Territorial e chegámos à conclusão de que ele se devia transformar num Pólo especializado de serviços de logística, de turismo, de saúde e lazer, sustentado no estabelecimento de condições de referência no suporte competitivo. Digamos que o meio que sustentava esta visão, tinha a ver com o suporte competitivo às empresas e assente em relações de especialização e de complementaridade com as restantes regiões do Centro de Portugal e Espanha. Esta foi a visão que, em conjunto, entendemos ser a ajustada para o desenvolvimento da estratégia para este Pólo e para a sustentar definiu-se que haveria um conjunto de áreas que seriam desenvolvidas por forma a que esta estratégia pudesse ser implementada com sucesso e que se criasse um círculo virtuoso. Este assentava no desenvolvimento de condições portuárias e logística - existe um porto que sustenta e diferencia a região; há disponibilização de condições de suporte às empresas, particularmente com áreas de localização e condições de serviços de suporte; existe desenvolvimento de novas ofertas turísticas; de infra-estruturas do conhecimento; de uma base local de recursos humanos qualificado e uma estratégia de promoção e captação de empresas e investidores. Com base neste conjunto de elementos sustenta-se um desenvolvimento articulado para a região. Definiram-se, então, 4 áreas de desenvolvimento prioritárias: a logística; as condições de infra-estruturas de suporte às empresas; o turismo e as infra-estruturas do conhecimento e de recursos humanos. No decurso da negociação com a CCDR Centro juntaram-se 6 novas Autarquias, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Leiria, Mealhada, Mira e Pombal, que entenderam que, para elas, também era importante que esse desenvolvimento as contemplasse.-----

----- Este projecto desenvolveu um conceito inovador que agrega todas as áreas que estavam previstas em termos de desenvolvimento da componente logística e de localização empresarial dos 10 Municípios. O que se fez, foi agregar um conjunto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

projectos existentes ou que estavam a ser estudados pelas 10 Autarquias, no tal conceito de Plataforma Empresarial e Logística. Esse conjunto de elementos era sustentado e articulava-se em torno duma entidade promotora comum, na qual participam todos os 10 Municípios. Assim, quais as vantagens enunciadas para este tipo de conceito e de modelo? Por um lado todas as diferentes Autarquias e os diferentes projectos entram num único projecto ou seja, cada uma das componentes ganha mais do que se estivesse sózinha e não retira esses ganhos da participação das outras Autarquias. E quais são as vantagens essenciais? Aumenta a capacidade de atracção de investimentos e iniciativas empresariais; desenvolve massa crítica de tráfego para novos serviços; cria emprego; disponibiliza alternativas de transporte, competitivas e sustentadas, à indústria da região; desenvolve novas competências a nível local e regional; racionaliza os gastos públicos em infra-estruturas; racionaliza os fluxos de tráfego urbanos; traz benefícios ambientais e liberta solos de zonas de maior pressão urbanística. Estas são as vantagens essenciais deste conceito de Plataforma Empresarial e Logística. E como é que se articula este projecto com o Portugal Logístico e com as prioridades do QREN regional? Como sabem, no início do Portugal Logístico, programa de sustentação ao desenvolvimento da Logística Nacional, havia 12 áreas de localização sendo que a Região Centro estava claramente desfavorecida em relação às outras Regiões em termos de infra-estruturas logísticas. Com este projecto e com a participação das 10 Autarquias conseguiu-se que fosse incluída no Portugal Logístico uma Plataforma na Região Centro. A seguir refiro qual a importância desta participação e como é que ela permite alavancar o desenvolvimento das outras áreas logísticas da Região. Por outro lado, no QREN regional, no próximo QCA, são consideradas prioridades estratégicas, um conjunto de medidas, onde a componente logística é elemento essencial para o desenvolvimento da Região promovendo a estrutura policêntrica do centro litoral, forçando os eixos Leiria/ Marinha Grande e Coimbra/Figueira da Foz. Este é um projecto que cumpre, integralmente, aquilo que são as prioridades estratégicas do QREN da Região Centro que é extremamente importante para a sustentação do desenvolvimento das diferentes componentes que fazem parte desta Plataforma Empresarial e Logística. Como é que se materializou o conceito? É aqui que estamos neste momento e o conceito assenta, como referi há pouco, numa entidade promotora comum que é um elemento unificador do conjunto, potencia complementaridades e sinergias e confere uma visibilidade diferente às 10 Autarquias. -----

----- A entidade promotora comum é, como disse, participada pelas 10 Autarquias, que constituem o ACE. Qual a missão desta entidade promotora? Vai conduzir ao processo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

viabilização do conceito da PEL, dos pontos de vista político, económico e técnico, ou seja, é o elemento que vai negociar e sustentar o desenvolvimento e a estratégia de cada uma das componentes da PEL. É o elemento unificador do conjunto, ou seja, é aquilo que dá dimensão e massa crítica estruturada através das diferentes componentes da PEL, potencia as complementaridades e sinergias, articula as complementaridades, potencia as economias de escala e de gama, confere uma visibilidade diferente ao conjunto. A entidade promotora comum, ao ter sob sua articulação as diferentes plataformas, tem uma dimensão, uma visibilidade diferente e consegue construir uma imagem que atrai de facto investimentos e desenvolvimentos que cada uma das entidades, por si, não teria possibilidade, não teria sustentação, não teria capacidade para o fazer e, assegura a articulação da PEL com a Portugal Logístico. Ao fazerem parte desta entidade promotora comum, as 10 Autarquias ficam articuladas com o Portugal Logístico, directamente através da Plataforma da Figueira da Foz e indirectamente através das diferentes componentes de desenvolvimento. Esta entidade promotora comum tem 2 funções essenciais: uma na fase de arranque que vai permitir viabilizar o conceito do ponto de vista político, económico e técnico, o conceito da Plataforma Empresarial e Logística; outra na fase de exploração onde desenvolverá um conjunto nas áreas do marketing e promoção comum e na criação de janela única. -----

----- Depois tem mais 2 componentes importantes: a questão das contas conjuntas e da negociação dos serviços conjuntos. Como é que se materializa, então, o conceito? Temos uma entidade promotora que é a entidade agregadora que vai alavancar o desenvolvimento, que o vai conduzir nesta primeira fase e, temos, as diversas componentes de operacionalização, as diversas componentes de desenvolvimento no âmbito da PEL. Na rede de áreas logísticas puras, há 5 componentes, uma das quais é o PLIA. A componente de logística pura, na área de Montemor tem armazéns modelares e integrais e tem lotes infra-estruturados. Como dimensões, utilizámos, para determinar o tráfego, o modelo Europeu que é utilizado pelo modelo INFORM e utilizámos, também, uma combinação do modelo Alemão e do modelo Italiano para o dimensionamento das Plataformas Logísticas e, assim, a área afecta são 25 hectares: 19 hectares para lotes e armazéns; 3.9 hectares para acessos internos e 2.1 para espaços verdes. Existe na área contígua a esta, uma outra complementar de 25 hectares que ficará reservada para uma expansão futura e, fica também, obviamente articulada para o PLIA com 14 hectares. Determinou-se também e fez-se uma avaliação cuidada, profunda da viabilidade económica e financeira deste projecto. Utilizaram-se os mesmos critérios, as mesmas hipóteses que foram utilizadas para o dimensionamento e avaliação do Portugal Logístico.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

O valor, actualizado, líquido para a PEL são, considerando as perpetuidades, 10,6 milhões de euros e a taxa interna de rentabilidade é de 8,8 milhões, o que quer dizer que é um investimento claramente atractivo do ponto de vista económico e financeiro. Na outra componente da PEL, que são as áreas de localização empresarial, está incluído o Parque de Negócios e Tecnológico de Montemor-o-Velho referi e, nos elementos complementares, estão o Parque da Cultura, o Centro de Alto Rendimento e o Património Cultural e Histórico, ou seja, Montemor-o-Velho está em cada uma dessas componentes com uma participação activa e, portanto significativa e indispensável para a sustentação deste Concelho. -----

----- Neste momento estamos a estruturar o desenvolvimento para o ano de 2007 e para o início de 2008 de forma a não perdermos as oportunidades de desenvolvimento associadas com a Portugal Logística e o investimento de cerca de 25 milhões de euros, que vai ser feito, nos próximos anos, no porto da Figueira, anunciado na semana passada pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes. De imediato, é necessário estruturar o plano de actividades da entidade promotora; decidir o plano de marketing e promoção da PEL e o conceito de janela única e desenvolver os conteúdos e o dossier promocional, que são essenciais para começar a ter visibilidade e começar a estruturar os contactos com possíveis investidores. Depois, identificaremos programas de apoio e estruturação de candidaturas a financiamento; particularmente importante para todos os nós da rede é o estruturar de candidaturas de financiamento internacionais ou no âmbito do QREN e, depois, a gestão do relacionamento com o Portugal Logístico. Sobre a participação financeira das diferentes entidades, dividimos as actividades em 2 períodos: um primeiro período entre Janeiro e Setembro de 2007 e um segundo entre Outubro e Maio de 2008, sendo 17 meses o período total do desenvolvimento do projecto. As contribuições foram estruturadas, em função dos custos previstos: considerou-se que para as actividades que têm a ver com a Entidade Promotora Comum, todas as Autarquias contribuem de igual modo - 10% para cada Autarquia; para os custos associados ao desenvolvimento das actividades que tem a ver com a implementação das AL da Figueira da Foz e com o desenvolvimento dos outros módulos da componente logística da PEL, foi feita uma distribuição na estrutura de custos da seguinte forma: a Autarquia da Figueira da Foz contribuirá com 30% dos custos totais, depois há 5 Autarquias, Montemor-o-Velho, Coimbra, Mealhada, Leiria e Cantanhede, que contribuem com 10% cada uma, porque têm zonas logísticas puras e, depois 5% para as outras Autarquias, o que se traduz para Montemor num custo, associado aos 9 primeiros meses, de 14.645.70 euros e, para o restante período, de 24.837.33 euros. Se, como esperamos, for possível candidatar este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

projecto ao QREN temos a possibilidade de ele ser financiado a 50% ou a 75% dos custos, uma vez que ainda não está completamente definido o regulamento de acesso a estes fundos que o QREN vai gerir”. -----

-----O PCM agradeceu a apresentação do projecto e disse: “A apresentação foi extremamente objectiva e abrangente e com a permissão do PMAM faria aqui 2 ou 3 comentários. O primeiro e, numa perspectiva mais macro do desenvolvimento dos próximos 6 ou 7 anos, este projecto é indispensável para marcar claramente uma imagem de inter-municipalismo extremamente acutilante do ponto de vista da sustentabilidade do desenvolvimento económico e virado a 2 ou 3 áreas que são particularmente significativas para o Concelho - as logísticas, as de desenvolvimento empresarial e industrial e uma componente ligado ao lazer, à criatividade e à cultura que farão parte dum pacote de oferta extremamente significativo para a captação, sobretudo de novos residentes, novos investidores e novos empresários. O que está aqui em causa é a criação do ACE que pressuporá que, na pior das hipóteses e na situação mais pessimista, a Autarquia de Montemor terá que compartilhar com cerca de 40 mil euros, se for financiado com 20 mil ou 10 mil, conforme as taxas de financiamento. Penso que será por extrema miopia política que compararemos os resultados que queremos atingir com os valores pecuniários que estão em causa, sabendo que é uma causa crucial para que consigamos marcar uma postura, não só inter-regional, mas também local. Este projecto começou com 4 Municípios, rapidamente se alargou e se hoje a discussão política está centralizada nas questões operacionais do porto da Figueira da Foz, a verdade é que Municípios como Montemor-o-Velho, Cantanhede e Mealhada têm, neste momento, condições muito importantes e desenvolvidas e é dentro desse âmbito que apelo, sobretudo aos Membros da AM para viabilizarem a constituição deste ACE e da participação da Autarquia. Muito obrigado”. -----

-----O PMAM usou da palavra e disse: “Nós é que agradecemos e pergunto aos Membros da AM se alguém quer usar da palavra em relação a este ponto”. -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Apenas para dizer que aquilo que ouvimos vem ao encontro da interpretação que fizemos do que nos tinha sido apresentado. O conjunto de vantagens que derivam da operacionalização da PEL justificam claramente a participação do Município, para mais se tivermos em conta as mais valias que ocorrerão para o Concelho e para a Região. Obviamente, que a possibilidade de integração no QREN potencializará oportunidades de desenvolvimento, nomeadamente naquilo que diz respeito à fixação de empresas e de pessoas e à criação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

de emprego originando mais valias e mais riqueza para o Concelho. Naturalmente que subscrevemos e votaremos favoravelmente”. -----

-----O membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Da exposição que aqui foi dado ouvir, embora sem ter tido tempo de analisar outros documentos, porque de facto só hoje foram entregues, uma posição fica clara: é preferível integrar esta iniciativa do que estar fora dela. Outros comentários ficarão reservados para mais tarde. Votaremos favoravelmente”.-----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “A clareza da exposição foi uma tónica constante mostrando que este tipo de participação é um dos factores do desenvolvimento que todos nós almejamos para esta Região e, em face disso, vamos votar favoravelmente”. -----

-----Não havendo mais intervenções a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO DOZE – APRESENTAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DO ---**

----- **BAIXO MONDEGO E BAIRRADA – SANEAMENTO E ABASTE**

----- **CIMENTO DE ÁGUA;**-----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Este é outro ponto que pedi para ser agendado para que a AM tome conhecimento e fique habilitada para que durante o ano de 2007 possa, face à proposta em que o EM está a trabalhar, votar a posição do Município quanto a uma problemática que considero fulcral. Por arrastamento dos anos do final do século passado, alguns dos aspectos relacionados com a qualidade de abastecimento de água e a sua perpetuidade e questões relacionadas com o saneamento atrasaram-se e, agora, considero que com o novo QREN é a última oportunidade para a resolução dum problema que tem que ser assumido como crucial. Como sabem o sistema actual de abastecimento de água e de tratamento de resíduos sólidos urbanos é delicado porque está fundamentado numa oferta que é periclitante, que não é perpétua e, por outro lado, avizinham-se circunstancialismos de âmbito nacional inter-relacionados com a Lei da água. Convidei os responsáveis das Águas do Mondego e agradeço ao Dr. Sérgio Lopes, ao Eng.º Serras Pacheco, ao Eng.º Tiago, ao Eng.º João Damasceno e ao Eng.º Álvaro Ramalho a presença nesta AM para nos falarem duma questão que, à cerca de 3 anos foi discutida por nós, acabando, na altura, por se decidir pela não adesão ao sistema. Lembro-me perfeitamente que, na altura, presidia à Associação do Baixo Mondego e Gândaras e Montemor, Soure e Cantanhede acabámos por não aderir para além da Figueira da Foz, por já ter um sistema próprio de água. Mais tarde, tive a oportunidade de me deslocar ao Porto, com o meu colega de Cantanhede, para retomarmos estas delicadas negociações e decorreu daí a necessidade de reequacionarmos em termos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

temporais, de contexto e de premissas, um trabalho que viesse a possibilitar aos 2 Concelhos a sua eventual adesão ao sistema. Por isso passo a palavra ao Dr. Sérgio Lopes, agradecendo-lhe uma vez mais a sua disponibilidade para que possamos encontrar visões que podem, muitas vezes não estar em sintonia, mas estão de certeza interessadas em encontrar soluções”. -----

----- O Dr. Sérgio Lopes usou da palavra e disse: “Agradeço o amável convite para estar aqui presente para fazer a apresentação daquilo que é, do ponto de vista das Águas do Mondego (AM) e das Águas de Portugal (AP), uma boa solução para o concelho e para o ambiente na Região Centro dado que a solução técnica que foi desenhada nos últimos meses é uma boa solução e resolve os problemas do abastecimento de água e saneamento. -----

Farei uma apresentação genérica sobre a solução que está em cima da mesa e o Eng.º Tiago de Carvalho, das AP, irá fazer uma apresentação em termos da solução técnica e eu tomarei a palavra para algumas notas finais. -----

----- Começo por uma brevíssima apresentação sobre o que são as AM e o chamado Sistema Multimunicipal do Abastecimento de Água e Saneamento do Baixo Mondego e Bairrada. O desenho apresenta o que é que é hoje o Sistema constituído por 13 Municípios, em abastecimento de água e 10, em saneamento. Como se pode verificar temos uma mancha relativamente grande e depois alguns Municípios isolados - Mira e Leiria e um núcleo central. Montemor, como se verifica, será um prolongamento natural do sistema e, em termos de abastecimento de água, o sistema que prevemos estará concluído em 2009, 2010, representando um abastecimento de água a 410 mil habitantes e 265 mil habitantes em águas residuais. Desde do ano passado que as AM estão a evoluir e, neste momento, está a trabalhar-se o núcleo em torno do abastecimento de água a partir da Boavista, em Coimbra, abastecendo a água ao Município de Coimbra e a parte do Município de Condeixa. -----

----- Como grandes infra-estruturas concebidas no actual sistema verificamos a existência de 9 captações de água, 36 estações elevatórias, 53 reservatórios e 318 quilómetros de adutores, isto em abastecimento de água; em saneamento vamos ter, no final, 77 Etar's, 31 estações elevatórias e 225 emissários. Pretendemos atingir no final, uma taxa de atendimento de cerca de 91%, em abastecimento de água e 75%, em saneamento. Os nossos objectivos são os definidos no Programa Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEASAR) que apontam para valores de 95% em abastecimento de água e 90% em águas residuais. Aqui, no Município os objectivos são um pouco maiores do que estes, penso que é de 99% em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

abastecimento de água e saneamento cerca de 93%. Estimamos que, em 2010, estejamos a fornecer 40 milhões de metros cúbicos/ano, em termos de abastecimento de água e recolheremos e trataremos 13 milhões de metros cúbicos de esgoto. O investimento global é de 169 milhões de euros, a investir entre 2005 e 2010, dos quais cerca de 100 milhões em abastecimento de água e o restante em águas residuais. As fontes de financiamento estão definidas: capital próprio, 11%, das AP e dos Municípios accionistas da Empresa; 20% da UE através do Fundo de Coesão; cerca de 70%, são de empréstimos do BEI ou da banca comercial. Significa que estes sistemas têm que ser auto-sustentados no essencial. Esta questão é muito importante para uma nota final sobre a problemática das tarifas. A tarifa, neste momento, é de 0,377 €, por metro cúbico em alta; não estamos a falar no consumidor final, estamos a vender ao Município que, por sua vez, terá que revender ao consumidor pelo que no final a tarifa andarà à volta dos 0,40 € ou 0,41 €. Estamos a falar da segunda tarifa mais baixa do conjunto dos 8 Sistemas Multi-municipais que existem de Norte a Sul do País. Esta tarifa tem a ver com a escala que aqui se conseguiu obter, pelo facto de haver alguma concentração de população o que permite que a tarifa seja relativamente baixa. Posso dizer que, de acordo com os estudos que temos, é de estimar que com os alargamentos que estamos a discutir a tarifa se mantenha mesmo novas aderências. Este dado é importante para quem quiser aderir, já que garante alguma confiança sobre a tarifa de referência que será sempre esta. Sobre o Município de Montemor temos 2 ou 3 indicadores que conhecerão melhor do que eu. Estamos a falar de cerca de 25 mil habitantes que corresponderá ao um acréscimo de cerca de 7% da população, no caso de Montemor vir a aderir. Em termos de abastecimento de água, em Montemor temos uma taxa de cobertura baixa de quase 100%, sendo a água captada 2,2 milhões metros cúbicos/ano, existindo, no entanto, perdas muito importantes. Isto significa que a água que é distribuída à população é inferior a esse valor pelo que temos de baixar esse índice o que é importante do ponto de vista económico e do ponto de vista ambiental, porque passaremos a gastar menos água à natureza e sairá menos dos nossos bolsos. No que concerne às águas residuais e aqui temos um longo caminho a percorrer já que a taxa de atendimento é apenas de 40%. O trabalho que vai ser apresentado pelo Eng.º Tiago Carvalho, assentou na caracterização demográfica e, a partir daqui veremos como é que se evoluiu. A médio prazo chegaremos a valores muito importantes no que se refere às captações, porque estas variam muito se são urbanas ou rurais. Fizemos uma caracterização do sistema do abastecimento de água e de drenagem de águas residuais existentes, desenhamos um novo sistema e fizemos uma estimativa sobre os investimentos e sobre os custos de exploração. Neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

momento, interessa-nos a configuração do sistema - qual é a solução que estudámos e que estamos a propor e, associado, ver quais os investimentos que aqui estão para, mais tarde, falarmos sobre os custos de exploração e de manutenção do sistema”.-----

-----O Eng.º Tiago Carvalho usou da palavra e disse: “A solução que aqui apresentamos resulta de um objectivo único que é abastecimento da totalidade do Município. A inter-ligação com os sistemas em baixa é uma preocupação do estudo, abastecendo directamente 6 pontos de entrega, correspondentes aos sistemas em baixa actualmente existentes, assegurando uma maior fiabilidade, uma maior garantia de fornecimento em quantidade e em qualidade em conformidade com o legislativo comunitário e nacional. Tem como origem única o complexo da Boavista mas com a a integração as captações de Fonterma, Pereira e Brulho. Em termos da configuração o sistema tem origem no complexo da Boavista donde sai a ligação a Montemor, paralelamente ao rio Mondego, aproveitando a estrada e a estrutura de rega até à ponte de Pereira. Na ponte de Pereira será feita uma primeira ligação à zona Sul do Concelho e com prolongamento para Norte até à Vala Real. Na Vala Real há um pequeno ramal que vai ligar a Tentúgal, ao reservatório R9, tendo sido todas estas ligações totalmente articuladas com o sistema em baixa actualmente existente para que quando o sistema chegar aos reservatórios a utilização seja efectiva. Em termos do sistema do eixo principal de ligação a Montemor continuamos, paralelamente à Vala Real, e vamos parar em Valcanosa, onde será constituída uma reserva estratégica que irá permitir gerir todo o sistema a jusante de forma a garantir a fiabilidade desejada. Para Norte, teremos ligação a Arazede e Liceia, para Sul, ligação a Montemor e Carapinheira e nova ligação à margem esquerda para Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca. Serão, portanto, 2 eixos estruturantes: a ligação ao sistema com saída em Pereira e Tentúgal e até Valcanosa, onde se situará a reserva estratégica e na direcção nordeste/sudoeste para distribuição ao longo de todas as freguesias e todos os sistemas existentes. Em termos das infra-estruturas teremos de reconstruir/construir um reservatório estruturante em Valcanosa, várias estações elevatórias e aproximadamente 50 quilómetros de condutas, sendo integradas as captações de Fonterma, Pereira e Brulho e os reservatórios de Pereira, Carapinheira e Arazede. Este reservatório terá de ser ampliado para fazer face aos consumos previstos para o PLIA. -----

-----Em termos de saneamento, a solução proposta pretende-se que o sistema integrado para recolha de tratamento assegure os níveis de qualidade adequados às exigências ambientais, assegurando uma maior sustentabilidade com a preservação dos meios receptores, o cumprimento das licenças de descarga e uma elevada cobertura de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

serviço, atingindo cerca de 93% da população. A implementação da solução, tal como no abastecimento, será totalmente articulada com o desenvolvimento das redes em baixa existindo diversas fases estruturantes. A primeira passa por uma pequena beneficiação das infra-estruturas já existentes, praticamente em simultâneo com a construção das Etar's nas localidades, que já têm actualmente rede de drenagem; na segunda far-se-á a construção em zonas de Etar's, com projecto de execução de redes em baixa e, sé então, uma fase nas zonas ainda sem projecto. -----

----- Em termos da solução, o saneamento não tem uma integração tão grande como a água. Quase todas as Freguesias estão servidas, mas a uma maior discussão passa pelas instalações de tratamento e a solução técnica e economicamente mais favorável levará à construção de 4 novas Etar's: Arazede, Seixo, Verride, Abrunheira e Portela/Ribeira de Moinhos e a integração das 6, já existentes, abrangendo a totalidade do Município. -----

----- Em termos de sistema serão executados 10 km de emissários e uma estação elevatória que garanta a articulação alta/baixa entre as redes de saneamento e baixa/redes de drenagem e os sistemas interceptores que vão conduzir a efluente até às estações de tratamento, prevendo-se, em termos de horizonte do projecto, o tratamento de 1,2 milhões de metros cúbicos ano e servindo cerca de 23700 habitantes que corresponde a 93% da população residente". -----

----- O Dr. Sérgio Lopes usou de novo da palavra e disse: "Em termos de investimento, temos: 8,1 milhões de euros de abastecimento de água; 3,2 milhões de euros em águas residuais; 6,7 milhões em condutas; 1 milhão em estações elevatórias; 400 mil euros em reservatórios; 800 mil em interceptores para águas residuais; 100 mil em estações elevatórias e 2,3 milhões em construção de Etar's o que se traduz num investimento total de 11,3 milhões de euros. Existe uma estimativa para os custos de manutenção que rondarão os 230 mil euros ano, mas este é um valor ainda em fase muito embrionária. Como conclusão, que tem muito a ver com a intervenção anterior, a melhor solução em termos logísticos é uma solução inter-municipal, que envolve não um Município mas mais de uma dezena, o que é muito importante em termos de custos, em termos de qualidade de serviço até porque o saneamento básico é muito um negócio. O investimento que irá ser feito é de 11,3 milhões, só que dos 169 milhões que há pouco foram referidos como o investimento global do sistema há uma parte de que Montemor vai beneficiar no que concerne ao abastecimento de água pois não vai investir na captação nem na estação de tratamento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

----- Em segundo lugar é preciso ver que o que queremos atingir são valores de 99%, em termos de abastecimento de água, garantindo fidelidade no sistema e continuidade de abastecimento, 365 dias por ano, 24 horas por dia, no Verão ou no Inverno, e o mesmo para o tratamento das águas residuais, porque só assim é que conseguimos ter níveis de qualidade de vida adequados. Depois, todo o investimento que vai ser feito já foi estudado numa total articulação com a rede em baixa de modo a potenciar os investimentos em que o Município acredita e é preciso potenciá-los. -----

----- Para nós é muito importante cumprir a legislação ambiental que, como sabem, é essencialmente comunitária, muito exigente e, cada vez mais o seu não cumprimento traduz-se em penalidades. De salientar que a Inspeção-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território tem vindo a actuar cada vez com maior frequência multando muitas entidades, mas o problema não é ter receio, mas uma exigência para com os nossos cidadãos. -----

----- Por último, a preservação da qualidade de vida e o bem estar da população é objectivo sem dúvida nenhuma do Município e, nesse sentido a cooperação, a parceria na criação dos centro multi-municipais e entre a Administração Central, terá que ser frutuosa, exactamente com esse objectivo que é a preservação da qualidade de vida e do bem estar da população”. -----

----- O PMAM usou da palavra e disse: “Agradeço a maneira clara e pormenorizada como foram exposto os objectivos das AM no que diz respeito ao abastecimento de água e ao tratamento de águas residuais. Pergunto aos Membros da AM se pretendem fazer alguma pergunta”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Só queria que me esclarecessem qual é a estrutura accionista das Águas do Mondego e se há alguma compensação ao Município de Montemor pela rede já existente”. -----

----- O Dr. Sérgio Lopes respondeu: “A distribuição de capital, neste momento, é de 51% das AP e o restante dos Municípios e, em princípio, é uma estrutura que se deverá manter no futuro. Relativamente à compensação: no caso de haver integração de património o Município irá receber por isso, de acordo com uma fórmula que está definida e que tem que ver com o investimento que foi efectuado aplicando uma taxa durante os 30 anos da concessão e em função do investimento que já foi efectuado”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu de novo o uso da palavra e disse: “Mas uma vez que já foi feita, podemos mais ou menos saber de que montantes estamos a falar?”. --

----- O Dr. Sérgio Lopes disse: “O que lhe posso dizer é que, neste momento, essa conta ainda não está feita mas a fórmula de cálculo é simples: o foi investido pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

Município é calculado e recebe por isso uma taxa de 3% ao ano, multiplicado por 30, dependendo o cálculo final da forma de pagamento - se é todos os anos ou se há antecipação, e daí alguma dificuldade em lhe responder de imediato, podendo, no entanto fazê-lo numa próxima oportunidade". -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa disse: "Já percebemos que é quase inevitável a adesão pois o Município não pode ficar isolado. Foi dito que haveria algumas vantagens na adesão, mas a minha questão é um pouco mais pragmática e prende-se claramente com a questão dos munícipes - vai resultar, claramente ou não, num acréscimo do preço de água e do saneamento que hoje pagam?".-----

-----O PCM pediu a palavra e disse: "Eu posso responder às 2 perguntas. O que foi pedido às AM, para hoje, foi que trouxessem o projecto técnico que viabilizasse uma solução clara para o Concelho, no capítulo do abastecimento de água e de tratamento de águas residuais. As questões que se prendem com a solução financeira vai ser encetada a partir de agora, pois ainda não abordámos o tema, a não ser há 3 anos atrás e que levaram a que, nessa data, o PCM tivesse dito que não porque os elementos, então negociados, não eram considerados uma mais valia para o concelho. Meus caros amigos, o preço da água não é alterado há 8 anos e para ser tarifada, a valores mais ou menos correctos, teremos de falar no dobro daquilo a que hoje é paga. Sejam claros e honestos: 0,38 € ou 0,41 € é o que ela custa, em alta, mas com a quantidade de perca igual ao que é facturado não pode continuar. Isto significa que a água bombada é, praticamente, o dobro da água facturada, porque há isenções, há roubos, há percas por antiguidade de condutas, de estado de distribuição e isto tem que ser repensado. Por outro lado temos, neste momento, outros custos/benefícios que têm estado suspensos, nomeadamente a taxa de saneamento e outras que vão ter que ser aplicadas na generalidade a todo o Concelho e teremos de o fazer através de uma política gradual. Temos de estar preparados, se dentro de dias, semanas ou meses seja implementada uma estratégia que fixe um valor de referência da água para todo o País e, a partir daí, apelo, sobretudo ao grupo do PS, que não se lembre de aplaudir essa medida, como o fez quando foi fixado o IMI no valor de 600 € o metro quadrado. O que está aqui para ser equacionado é o custo de viabilidade financeira deste projecto em termos da participação da CMMV e eventuais rendas a que vai ter direito por cedência de materiais ou de estruturas, pagamentos de entradas iniciais e pagamento para uma viabilização do consumo de água ou de saneamento. Vamos ter de saber se esses mínimos que vamos aceitar são razoáveis, se são ajustáveis para depois equilibrar ao consumo que, na realidade, vai ser facturado em baixa. Requer-se uma análise delicada e fina mas que, ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

mesmo tempo, vai ter como alguns pressupostos, elementos que julgo que são importantes e que podem, nos próximos tempos, vir a ocorrer para o sistema nacional e trazer-nos a nós também algum mais à vontade para encararmos este problema. A resistência que tenho apresentado passa, não somente por isso, mas também por uma questão que é muito importante e que o Presidente das AM há pouco referiu. As questões que tem que se colocar em cima da mesa são: nos próximos 6 anos o Concelho de Montemor fica ou não definitivamente infra-estruturado do ponto de vista de saneamento? A Autarquia se, individualmente, se candidatasse tinha ou não capacidade para o resolver? O valor das rendas e de pagamentos de águas justifica-se ou não em saneamento para que quem vive na Abrunheira, em Vila Nova da Barca, em Verride, Liceia, Seixo, Gatões, Ribeira de Moinhos, Arazede tenha as mesmas condições que hoje tem as Meãs, Montemor, Pereira e Santo Varão. Esse custo social e de solidariedade e aqui sou mais socialista e mais comunista do que alguns, tem deixar de ser teórico e passar a ser prático e quem quiser que faça contas, que se assuma para que não haja os ataques inusitados que muitas vezes esse grupo lança”.-----

-----O Dr. Sérgio Lopes pediu a palavra para deixar uma pequena nota: “Como perceberam, não tenho nenhum gato escondido, podem ter a certeza. Não viemos preparados para discutir a questão financeira, e apenas sei que estimamos que o valor de investimento é de cerca 11,3 milhões de euros; tudo o resto é algo que vamos estudar a partir de agora. Relativamente às tarifas gostava de acrescentar que foi aprovada a Lei da Água que, no essencial, é a transposição duma directiva comunitária, a chamada Directiva do Quadro da Água que define o chamado princípio da recuperação dos custos, isto é, a tarifa deve recuperar os custos e que custos? Os custos financeiros – funcionamento do sistema, manutenção, operação e investimento; os ambientais - danos sobre a natureza pelo facto nós dirigirmos para a natureza, águas residuais; os da escassez - quanto mais escassa é a água maior deve ser o seu preço. Ora esta lei aplica-se a Portugal e nela está previsto que seja aprovado o regulamento tarifário que irá definir qual a fórmula de cálculo da tarifa para todos os Municípios, de Norte a Sul e tem de estar consonante com o tal princípio de recuperação dos custos. Neste sentido a tarifa não vai ser toda igual, mas seguramente que aquilo que é hoje a diferença entre a mais barata e a mais cara que atinge valores de 1 para 30, será seguramente encurtado. Não conheço a tarifa do Município mas se for muito baixa vai ter que subir, se for muito alta provavelmente não subirá, mas isso é algo que não tem a ver com a questão das AM. Tal situação resultará do cumprimento ou não cumpre dos tais normativos, do princípio da recuperação dos custos, algo sobre o qual, provavelmente, esta AM terá que se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

pronunciar, mas está fora do contexto da nossa conversa de hoje que passa por saber se a solução que aqui apresentámos é ou não boa para o Município, se está ou não consonante com aquilo que são as suas aspirações”.-----

-----O PCM disse: “Claro que o problema é saber se o custo político é superior ou inferior ao custo social e se houver aí falta de solidariedade institucional a decisão depois será avaliada. A questão, como disse há bocado, é a de avaliar os prós e os contras do ponto de vista do resultado a atingir dentro de um espaço temporal que agora é mais curto do que era há 7, 6 ou 5 anos. Não quis deixar de trazer aqui este assunto porque ele avizinha-se como essencial e nevrálgico e quando o discutirmos não haverá da vossa parte falta de informação quanto à solução técnica ou à situação financeira e é essa que vai recair sobre nós todos para decidirmos. Creio que terão elementos mais do que suficientes, bem explícitos que espelham o que está no contexto dos objectivos funcionais de melhoria da qualidade dum serviço que todos queremos o melhor possível para o nosso Município.-----

-----O PMAM disse: “Mais uma vez agradeço a presença de todos e, assim, dou como concluído este ponto”.-----

-----**PONTO TREZE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A CAR---
-----TA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO; -

-----O PCM usou da palavra para fazer uma breve apresentação do ponto em causa, dizendo: “Esta é parte mais fácil para mim porque já é a segunda vez que o Prof. Rochette vem à AM apresentar este documento, agora já na sua versão final e que, se tudo correr bem e a AM assim o entender, será entregue dentro de dias à Directora Regional da Educação, para podermos cumprir um dos pressupostos básicos para acesso aos fundos comunitários o que já foi feito, até agora, por 77 Municípios. Já o podíamos ter feito há mais tempo mas tivemo-la em discussão pública alargada, apresentámo-la nos órgãos locais, no CME, aos PJF, disponibilizámo-la para que qualquer munícipe apresentasse alternativas ou melhoria do mesmo documento. Cumprimos todos esses prazos e, esgotadas que foram essas participações, a própria CM aprovou o documento que trazemos agora à AM para aprovação final. Deixo uma palavra pessoal ao Prof. Rochette e à sua equipa pela forma dedicada como desenvolveram todo este trabalho, tendo-o concluído sem receber um tostão, pois só agora e finalmente, vamos receber transferências da DREC, para esse efeito. Permitam-me, ainda, uma palavra de apreço, sobretudo pela prenda que trouxe hoje e de vos dou conhecimento: Montemor, Condeixa, Penela e Soure, com o patrocínio do Governo Civil, vão ter um projecto-piloto num sistema de gestão de riscos para o Distrito de Coimbra. Como sabem a CM, tinha em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

tempo, decidido encomendar um sistema de protecção municipal de segurança e agora vimos que este interesse tem o beneplácito do próprio Governador Civil (GC) que para aqueles quatro municípios encomendou um trabalho conjunto que, aliás, têm uma contiguidade territorial significativa e para o qual podemos mobilizar meios. Terei oportunidade de falar com o GC para lhe agradecer pessoalmente, mas é muito importante, para mim que sou responsável pela protecção civil e segurança, ter mais documento disponível dentro dos próximos meses para ajudar o Comandante da GNR, o Comandante dos Bombeiros, os responsáveis das Escolas, do Centro de Saúde ou da CM. Bem hajam”.-----

----- O Prof. Rochette que disse: “Agradeço as suas amáveis palavras, Sr. PCM. Como devem calcular, hoje sinto-me em casa, já que tenho vindo aqui com alguma regularidade. Esta Carta Educativa (CE) deu-nos muito prazer a elaborar e penso que é das que tem, talvez, uma das soluções finais mais importantes do ponto de vista daquilo que são as novas regras e as novas linhas que o anterior e o actual Governo quer implementar, sob o ponto de vista da educação e parece-me que é um trabalho extremamente interessante. Como sabem já fizemos aqui a apresentação de um primeiro diagnóstico e, numa fase seguinte, um outro já com alguma reorganização prevista. Penso que, embora esteja numa posição um pouco mais desconfortável que nas anteriores apresentações, porque estavam a iniciar, trago agora o produto final e fica-se numa situação sempre sujeita a críticas. Gostaria de chamar a atenção para o contexto do que é o Município sob o ponto de vista demográfico - foi o único Município, que faz fronteira com Coimbra, que não cresce sob o ponto de vista da população, algo acontecendo no último período intercensitário. Não nos podemos esquecer que, ao longo das últimas décadas, a descida da população é clara, principalmente desde 1991, com uma excepção em 2001. Os Censos, por vezes, fornecem dados não muito explicáveis, mas tirando esse ano que tem um crescimento, todos os outros são anos de decréscimo populacional. Mais complexo que tudo isto e que vai entroncar naquilo que é a nossa proposta de reorganização, é o que pensamos que deve ser a educação para as próximas décadas no vosso Município. Esta apresentação mostra muitas situações e das ideias que ficaram das anteriores apresentações. O documento que vai ser entregue na DREC é um documento em papel idêntico ao que todos receberam em suporte informático. A verdadeira CE, na nossa óptica, é este projecto que também vai ser entregue no Ministério e nele temos as pirâmides ao nível dos últimos 10 anos e onde se regista um decréscimo significativo na base. Montemor apresenta umas classes ocas em tudo o que é jovem e isto é algo extremamente significativo, porque nos últimos 15 anos, existe uma clara perda de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

população nas pessoas mais jovens, aqueles que vão para as escolas. Quando fazemos a comparação entre a pirâmide de 1950 e a de 2001, temos um cenário de perda extremamente significativa das populações, dos jovens neste mesmo Município. Todos os mais idosos devem estar lembrados de terem passado pelas escolas com imensa gente, as mesmas que neste momento têm 8, 10, 12 alunos e isto é um quadro muito particular. Se compararmos a pirâmide de 1950, claramente de um País subdesenvolvido, com a actual, reparem na transformação que existe: perdem-se jovens e ganham-se idosos - passamos a ter uma estrutura, ao nível etário, completamente invertida pelo que o que temos é, claramente, a chamada forma em caixão. -----A partir deste momento, esta é a CE que podem consultar e que irá para os Agrupamentos de Escola e em que todas as freguesias estão analisadas sob o ponto de vista da estrutura etária, indicando-nos quais são as que têm mais problemas, onde estão menos alunos e, até, menos crianças para ir para essas mesmas escolas. É evidente que nós fomos mais longe pois podemos ter, não só este tipo de análise tipo pirâmide, mas também todo o tipo de análise e é uma carta que pode ser actualizada anualmente. Podemos fazer as alterações como entenderem, como os serviços da Autarquia ou o Agrupamento o desejarem e, a partir deste momento temos todo o tipo de informação por escola, por agrupamento, por nível de ensino. Mas mais do que isso, parece-me muito interessante as questões ligadas à base de dados já que, a partir deste momento, qualquer elemento associado ao sistema educativo ou não passa a ter acesso a esta base de dados que pode estar por agrupamento, por escola, por níveis de ensino. Para além disso, podemos ter uma imagem imediata da escola e das características das instalações, passamos a ter acesso ao telefone ou à morada e podemos avançar para outros patamares de informação. Por exemplo, um professor que é colocado numa qualquer escola de Montemor passa a ter acesso imediato às condições em que a escola está, ao material existente. Esta CE tem 110 campos de informação de acesso imediato, foi pensada claramente para utilizadores não especializados e tem uma plataforma de ligação à própria Carta de Equipamento Desportivo (CED) que será apresentada, brevemente, ao Executivo e à AM. Passamos a ter a facilidade de ver qual é o espaço desportivo que vai ser utilizado na físico-motora, nas actividades de enriquecimento curricular, com base num conjunto de informações totalmente disponíveis. Podemos ter, por exemplo, a caracterização da população escolar, como é que evoluiu, tirar anos, colocar anos, introduzir novos dados, retirados dos anuários ou do próprio Censo. Sabemos como é que evoluiu a população, quais foram as freguesias que ganharam população e a realidade é que se perdeu imensa população do ponto de vista dos jovens dos “0 a 14 anos” e têm

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

crescido os idosos nos últimos anos. A partir daqui qualquer funcionário do Município ou do agrupamento pode utilizar este tipo de imagens, mapas, gráficos, dados de todo o tipo, até para enviar à DREC ou a outra entidade oficial. Só se pode fazer uma reorganização da rede educativa sabendo para onde vamos e, por isso, fizemos a projecção da população a 2021. -----

----- Parece-me extremamente elucidativa a hierarquização dos lugares: enquanto que, na grande maioria dos Municípios com que trabalhamos, temos hierarquizações de lugares bem definidas, com a sede de Concelho muito bem definida e 2 ou 3 sedes de freguesia, também a mostrarem a sua importância, o concelho de Montemor é o sector do território do BM onde a dispersão é muito significativa e, apesar de existirem lugares com forte concentração, há muitos lugares dispersos e isto teve reflexo no passado e poderá ter no futuro. -----

----- Vejamos o que aconteceu sob o ponto de vista da evolução da população escolar. O pré-escolar, em crescimento, tem muito a ver com novas aberturas de salas, com novas perspectivas de empregabilidade, mas quando entramos no 1º CEB vemo-lo sempre a descer, desde 1991 e todos os anos há menos alunos nas escolas. No caso dos 2º e 3º CEB, regista-se um crescimento efectivo nos últimos 2 anos, mas um decréscimo no Secundário. -----

----- Ultrapassando todo o resto, é que nós equacionamos. Primeiro que tudo: porquê esta reorganização? Vimos a piramididade. Por outro lado, sabemos quanto tempo demorávamos de Arazede ou dos Pelichos a Montemor há 20 ou 30 anos? Quanto tempo é que demoramos neste momento? As acessibilidades transformaram-se completamente e há uma transformação radical na estrutura populacional e plano centenário ainda no terreno, foi feito para determinado número de crianças, para determinado tipo de acessibilidades, para uma proximidade face à grande dificuldade de movimentação das crianças. Mas Portugal transformou-se completamente e, quando falamos na reorganização ela foi mal aplicada, mal colocada na opinião pública e nos pais, não se tendo conseguido explicar devidamente. Neste projecto estamos a perspectivar uma escola com refeitório, com biblioteca, com mais salas para actividades de enriquecimento curricular, sala para expressão plástica, polivalente para a parte desportiva e que poderá ter mesmo outro tipo de equipamento, mudando de uma escola que não era mais que um edifício com 4 paredes, com um belíssimo professor, com alunos interessados mas com grandes dificuldades de aprendizagem. E tudo isto porque estavam na mesma sala, 4 anos, os alunos que entravam na escola estavam a ter o mesmo docente daqueles que iriam sair no ano seguinte e, portanto, esta é a nova perspectiva. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

-----Podem dizer que o que está aqui tem questões do ponto de vista economicista, mas que nem pensar nisso. O que está aqui é um projecto que é colocado à AM, que já foi colocado ao CME e ao Executivo e que é uma proposta de qualidade. O que pretendemos, claramente, é que as crianças do Município de Montemor tenham as mesmas condições de acesso ao ensino que as de Coimbra, de Lisboa ou de qualquer outro lugar e, que um aluno de Vila Nova da Barca tenha as mesmas ofertas que um de Montemor e é nesse sentido que propomos alguns encerramentos. É intenção do Governo encerrar todas as escolas com menos de 20 alunos professores e, assim, estamos a antecipar problemas que poderiam advir, como aconteceu o ano passado. Não quer dizer que as escolas antigas onde andámos fossem más; não estavam é preparadas para os novos desafios, principalmente o 1º CEB. Existem aqui algumas perspectivas de alguns encerramentos com variantes para o pré-escolar e vocês tiveram acesso a essa informação e, portanto eu quase que apontaria para a versão final. A partir deste momento a proposta que é colocada da mesa nesta AM é esta: o Município de Montemor-o-Velho passará a ter 4 CE, 3 construídos de raiz – Arazede, Carapinheira e Montemor - e 1 deles a partir de uma reestruturação que é o de Pereira. que está muito aquém dos 50% de ocupação para aquilo que foi construída. O pavilhão tem apenas 9 horas de ocupação e é um pavilhão de relativa qualidade que está encerrado praticamente todo o dia e isto tem que ser reorganizado, estudando-se a hipótese de ele ser colocado ao serviço da população. Em Pereira terá de existir um território intermunicipal, com alguma população de Condeixa e de Soure e que só assim este CE passaria a ter algumas condições de funcionamento nos próximos tempos. -----

-----Depois, temos um que é prioritário e a Autarquia tem que fazer já o projecto e o lançamento do concurso com a máxima brevidade e que é o caso de Montemor que está superlotado já com salas fora do próprio edifício. Nesse aspecto, colocámos o CE de Montemor com uma dimensão maior do que aquela que foi proposta pelo Ministério que não queria mais de 200 crianças do 1º CEB no CE e nós colocámos 280, ou seja 14 salas. É evidente que poderemos jogar, porque nem todas as salas vão ter alunos com NEE, mas se assim não for temos que equacionar logo outra CE. Depois temos o de Arazede que na nossa óptica terá de ser mesmo na sede de freguesia e o da Carapinheira o que é uma transformação completa daquilo que é a rede actual do plano centenário. Tenho a certeza que os PJ terão grandes dificuldades em justificar à população porque é deixaram acontecer o encerramento da escola e terão que explicar como vos estou a explicar que é uma questão de qualidade de ensino. As escolinhas pequeninas da nossa porta têm os anos contados e esta é a perspectiva que prefiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

discutir até porque da parte de muitos de vós existirão muitas questões e estarei à vossa disposição para responder”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Para começar gostava de salientar que estamos perante um documento que, na minha opinião, é de alto valor para o nosso Concelho. Sem qualquer prurido o digo, porque está aqui um estudo aprofundado em que, eu próprio, não consigo ainda perceber bem o alcance o seu alcance, embora perceba que é elevada importância para o Concelho. Pela primeira vez, posso estar a ser injusto, ter-se-á feito uma análise tão aprofundada das evoluções demográficas e isto pode servir para um conjunto imenso de outras análises e outras propostas a elaborar para o Município e, só por isto, já digo que valeu a pena ter encomendado esta CE. Já no que se refere à proposta efectuada, pessoalmente e pela força partidária que represento, tenho dúvidas e custa-me perceber que haja uma fronteira clara entre o pré-escolar e o EB pois estamos a falar em diferenças de idades de 5 anos. Há crianças que com 5 anos podem entrar no EB pelo que estamos a falar numa diferença entre os 5 e 10 anos, ou seja porque é que a política de proximidade justifica o aproveitamento dos actuais ou de boa parte dos estabelecimentos de ensino para o pré-escolar, para os jardins de infância e, não permite equacionar eventualmente outras propostas de maior proximidade para o EB. Percebo o alcance das condições que aqui verificamos reflectidas neste documento. Até aos 10 anos, que é a idade média de saída do ensino básico, eventualmente o acesso a algumas actividades será muito positiva, embora, tenho dúvidas no que estou a dizer, mas se calhar a maior proximidade aos pais e encarregados de educação, à comunidade de onde são originários seria mais proveitosa. A mesma teoria que vence no pré-escolar continuo a pensar que pode ser válida para as crianças do EB e para terminar esta primeira intervenção parece-me que o estudo passa um pouco ao lado duma questão que andamos a discutir à imenso tempo e que são as perspectivas que se apresentam para o Concelho. A evolução demográfica baseia-se em dados dos Censos, até 2001, e, portanto é a base científica; a partir daí tem alunos matriculados, conseguindo ir um bocadinho mais longe, mas mais pela análise da própria comunidade escolar e é verdade que estamos em pleno período de transição numa parte importante do Concelho e não sei se esta análise não terá que ser actualizada, dentro dum par de anos e levará a outras conclusões. Reparemos que o investimento imobiliário chegou ao Concelho de Montemor, chegou a Pereira, com toda a força, chegou a Santo Varão/Formoselha com igual força, chegou a Montemor e por isso é estranho que apareça Pereira em situação fragilizada. É evidente que o investimento maior de Pereira foi realizado já depois do Censo de 2001 e, naturalmente, nessa altura ainda não havia dados suficientes para poder fazer a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

transposição da realidade que se avizinha e que já existe em toda esta faixa de Pereira / Santo Varão / Formoselha /Montemor e estamos a verificar o mesmo nas Meãs, em Tentúgal e na Carapinheira. Aqui a situação vai depender do que o PDM permitir e que está em plena fase de discussão ou pelo menos de reestruturação; o PLIA com os projectos que se avizinham, alguns já em fase de construção podem ou não trazer alguma ou contrabalançar a perda de população da freguesia; falta apenas aqui uma faixa que de Verride, Abrunheira, Vila Nova da Barca e Ereira, mas também aí há uma reivindicação antiga que, por acaso em Montemor, não tem muito eco e que é a de construir uma ponte rodoviária para a Figueira da Foz, junto a Lares e que servisse aquela faixa do Concelho em vez de ter que ir a Verride ou dar a volta à ponte da Figueira. Se isso acontecer e não me admiro que possa vir a acontecer, mais tarde ou mais cedo, pode também verificar-se uma explosão demográfica naquela zona pelo que, francamente, não estou de acordo com a proposta de 4 CE. Não gostaria, pessoalmente, e também de acordo com o que a força que represento tem defendido e defende, não tenho condições e, neste caso concreto, vou exercer um direito de consciência que é o de não dar o meu apoio à CE, apenas pelas grandes dúvidas que tenho e porque, também, muitos dos meus camaradas as têm manifestado, relativamente à proposta que é efectuada. Termino com as mesmas dúvidas de aplicação ou de razoabilidade que são mencionadas na acta que acompanha convocatória para esta AM, que terão sido proferidas pelo PCM na reunião que aprovou, por unanimidade, a CE. As mesmas dúvidas, portanto, com todo o risco de poder ser considerado bastante conservador na análise da proposta, mas não vou poder, em consciência, votar favoravelmente a CE".-----

-----O Prof. Rochette usou da palavra e disse: "Esta é uma questão que tem de ser analisada com calma. Algumas dúvidas podem ter a ver com alguma dificuldade na expressão escrita que colocámos no relatório – os CE, na grande maioria, tem pré-escolar e o que nós referimos é uma situação de pré-escolar ampliado com a transformação de algumas escolas que vão ficar devolutas, principalmente na zona de Arazede. A questão de proximidade que se coloca é que estamos a falar de crianças de 3, 4, 5 anos e de crianças dos 6 aos 9 anos e são situações bastante diferentes. Quando falamos de proximidade, compreendo a sua posição, mas permita que discorde de tudo o que tem sido dito em função destas questões e quando colocamos como proposta a criação dos CE é por uma questão de igualdade de tratamento para todas as crianças do Município. A criança de Montemor vai ficar com um CE porque a escola já não comporta mais ninguém e, se não for feito nesta forma, a criança de Pelichos, de Arazede ficará em desigualdade de acesso ao ensino se não tiver, também um CE. Na questão da igualdade de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

tratamento ou de oportunidade de todas as crianças o que se está aqui a colocar é para que todas sejam filhas do agricultor, do notário ou de outro qualquer extracto social sejam tratados ao mesmo nível. Nestes CE terá que haver racionalidade do ponto de vista de espaço e de condições que permita colocar no mesmo pé de igualdade a criança filha do agricultor de Arazede ou o filho do médico cirurgião de Coimbra, que tem um filho no Colégio. O CE vai funcionar das 8 horas às 19 horas onde o filho do agricultor passa a ter todas as actividades desde língua estrangeira, actividade físico-motora ou plástica tal como todos os outros. Esta é uma questão que tem de ser vista doutra forma - é uma questão de filosofia. Podem discordar e têm todo o direito; o mundo não cai em função disso, mas aqui é uma questão claramente de lógica, a nossa filosofia é esta - igualdade de tratamento para todas as crianças, sejam de Arazede, de Montemor, de Santo Varão, de Vila nova da Barca, do melhor bairro de Lisboa ou de Mirandela pois não queremos que Portugal funcione a 2 velocidades. Quando falamos, por exemplo do PLIA ou dos novos empreendimentos, sabemos que a parte industrial raramente traz as crianças e dou-lhe um exemplo, se me permite a ousadia: o Pólo Industrial de Murte, em Cantanhede, quando foi criado pensou-se que iriam ter muitas crianças a acompanhar os pais e sabem onde é que eles ficam? Na Mealhada. Esta lógica dificilmente acontece nestas situações industriais. Existem casos, em que é o contrário, mas com menor dimensão como a situação em Arganil. Temos que ver estas questões e vimo-lo numa perspectiva muito global, com dados directamente ligados com os valores que temos, que não queremos inventar, mas sempre com alguma perspectiva de futuro. Repare que Pereira tem que aparecer como CE, porque tem que dar resposta àquele grande crescimento, mesmo que vão para Coimbra ou para a Granja. Para reforçar a ideia, perspectivámos estes 4 CE com dimensão perfeita, bem dimensionados e permitem às crianças do Município terem as mesmas condições de acesso o que é fundamental; só mesmo Montemor é que está algo grande demais, mas aguenta perfeitamente. O estar próximo, para a Autarquia, seja com este Presidente ou com outro, vai ser grande problema que se prende com o custo do transporte e este projecto está preparado para equacionar os melhores trajectos. Isso vai ser o grande problema, mas esta é a forma de trabalhar. Muitas vezes, as crianças destes meios rurais adaptam-se mais facilmente às zonas urbanas mais cedo do que depois mais tarde e, existem algumas dificuldades de integração nessas escolas. Tem toda a razão, quando diz que uma das questões que colocam algumas forças políticas é a questão laboral. O caso parece um pouco complicado mas, neste momento temos 59 professores com turma, que passarão a 40, pelo que há uma diminuição de 19. Em contra partida temos 22 professores, no mínimo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

nas actividades de enriquecimento e nas curriculares o que, nesta reorganização em 4 pólos, permite ter mais professores do que temos neste momento o que me parece extremamente importante, essencialmente pela qualidade de ensinar as crianças. Pensar nas nossas crianças, nas novas gerações, foi isso que nos dedicámos a este projecto”.-----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Obviamente que este documento está extremamente bem elaborado e importante para o Concelho. Estabelece, de alguma forma, o diagnóstico da situação e orienta para as decisões que, no futuro, se têm de tomar, por forma a dar resposta às necessidades educativas, à reorganização do sistema escolar, à rentabilização de meios humanos e materiais e isso é um aspecto fundamental e que pode contribuir para o sucesso escolar dos nossos jovens que é aquilo que desejamos e os 4 CE que são apontados, parecem-nos suficientes. É evidente que isto é uma posição transitória que levará algum tempo até à sua implementação; entendemos que eles devem ser bem construídos, bem pensados, devem ter recursos suplementares, bibliotecas, refeitórios e infra-estruturas desportivas que, naturalmente, são importantes. Há aqui uma vertente que não ouvi nesta explanação e que me parece bastante interessante que é a questão de poder potenciar a reformação de adultos. Esta é uma área importante para nós, na medida em que permite a qualificação de recursos e de alguma forma pode traduzir-se na possibilidade de empregabilidade no Concelho. Há, no entanto, uma questão de ordem política e social que todos vamos ter o dever de acautelar, nomeadamente a CM, Autarcas, PJs e também nós, que é o explicar à população as alterações que vão ser produzidas. Isto acontece, sobretudo, ao nível do 1º CEB pois vai ter que haver deslocalização de crianças das freguesias vizinhas àquelas onde vierem a ser construídos os CE que tem que ser acautelada e penso que a CM já está desperta para ela, que é a questão dos meios de transporte que é um dado extremamente importante. E, nesta perspectiva, iremos votar o documento favoravelmente”.-----

-----O PJ de Abrunheira pediu a palavra e disse: “Estou aqui a falar em nome dos agricultores da Abrunheira e de Verride. Não contestamos a bondade do trabalho realizado, da empresa que levou a cabo a elaboração da CE e também não o fazemos em relação à necessidade de diagnosticar e planear toda a rede educativa do Concelho. Agora, não podemos deixar de manifestar a nossa discordância, alargada aos Órgãos da Freguesia e a todos os cidadãos naquilo que a CE prevê para as nossas freguesias. Não desejamos o conservadorismo, mas atendendo à situação geográfica das nossas terras e no caso concreto da Abrunheira, dada a sua posição periférica em relação ao Concelho, era desejável encontrar outra situação menos gravosa para que as crianças da nossa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

zona e as restantes freguesias da margem esquerda/sul fossem menos prejudicadas. Se nas 3 freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca há poucas crianças para um CE, porque não apostar numa parceria intermunicipal com freguesias da parte norte do concelho de Soure. Pedagogicamente penso eu, mas sou apenas um agricultor, será preferível andar 2 ou 3 quilómetros do que percorrer 13 ou 14 quilómetros, até Montemor uma vila que todos nós muito prezamos e que desejamos que continue a ser a sede do nosso Concelho, mas era isto que muito sinteticamente queria demonstrar. Fica a nossa insatisfação por estes pareceres tecnocráticos que muitas vezes esquecem as pessoas em detrimento dos números, dos euros. O liberalismo, está muito na moda e todos os partidos, inclusivamente o meu, o professam actualmente e achava muito bem que todos aproveitássemos esta Quadra Natalícia para reflectir. Mais importante, era pouparmos 50 euros ao fim de cada mês e poderíamos dar melhores condições de vida aos agricultores da Abrunheira, dos Pelichos e por aí fora”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 01;-----

----- Abstenções – 01;-----

----- Votos a favor – 31.-----

----- A Carta Educativa do Município de Montemor-o-Velho foi aprovada por maioria.-----

----- **PONTO CATORZE – TOMAR CONHECIMENTO DATOPONIMIA MUNICIPAL**
----- DAS FREGUESIAS DE ABRUNHEIRA, ARAZEDE, CARAPIN-
----- HEIRA, EREIRA, GATÕES, LICEIA E MEÃS.-----

----- O PCM usou da palavra para fazer a explanação do assunto em causa, dizendo: “Este é o último ponto e vai ser mais rápido. É apenas para dar conhecimento à AM da toponímia das 7 primeiras freguesias que já foi aprovada na CM e que agora permite que se comece a colocar as placas nas respectivas ruas. Chamo a atenção, sobretudo porque alguns PJ não esperaram pela análise por parte da Comissão Municipal de Toponímia (CMT) e aprovação do Executivo para começarem a fazer determinado tipo de iniciativas que não têm enquadramento legal. Solicito a cada um dos PJ, cujas freguesias já foram alvo desta aprovação, que reúna com o Eng.º António José Cardoso tendo em vista o cumprimento do Regulamento Municipal de Toponímia (RMT) no que se refere aos números de polícia e identificação das ruas. Para não ser exaustivo, de modo a que cada PJ possa fazer uma análise muito rápida pela forma como decorreram os trabalhos, gostava, apenas, de me referir à CMT que tem realizado um trabalho exaustivo. Como sabem a CMT é constituída pelo PCM, pelo PAM, 3 ilustres cidadãos do concelho,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

representante dos CTT e PJ, da junta em apreço. Quero deixar aqui uma palavra de reconhecimento e apreço pelo trabalho desenvolvido, em primeira instância aos 3 cidadãos, neste caso concreto ao Dr. Correia Góis, ao Dr. Manuel Carraco e ao Prof. Fernando Ramos, bem como ao representante dos CTT, Carlos Meco, aos digníssimos representantes que me substituíram a mim ou ao PMAM, casos concretos do Dr. Pedro Machado e do Prof. Vítor Travassos e aos 7 primeiros PJ que colaboraram nesta delicada tarefa. Este documento, de que entrego um exemplar em suporte informático aos líderes dos grupos, passa a estar disponível na página da CM e, a partir desta data, os CTT e as JF também o podem utilizar. Como qualquer outro documento, é algo interactivo e dinâmico pelo que quando houver novas ruas, novas designações serão actualizadas e colocadas. Temos intenção, no final de todo este processo, de editar um livro com os topónimos e respectiva justificação, bem como preparar outra documentação que se julgue fulcral. Há vicissitudes neste processo que depois, no dia-a-dia se irão ultrapassando com a colaboração de todas as entidades envolvidas. Pensamos que, até Junho, teremos o resto do Concelho todo aprovado o que permitirá ter uma leitura muito mais cuidada das ruas, becos, travessas, avenidas ou alamedas, de todo o Concelho. Como sabem o RMT tem critérios e impõe regras pelo que não é fácil o trabalho a desenvolver, tendo-se realizado até ao momento uma média de 21 a 22 sessões, de cerca 2 horas e 30 minutos.-----

-----Realizaram-se, então, algumas intervenções de PJ sobre o trabalho desenvolvido para cada uma das suas freguesias: -----

-----O PJ de Arazede referiu que, apesar de moroso, face ao elevado número de lugares que a freguesia possui, no processo não se registaram casos de registo.-----

-----O PJ de Abrunheira congratulou-se, também, considerando que este trabalho já vinha de alguns anos correu bem, tendo-se mantido todos os nomes históricos, excepto numa rua em que a JF e a AF quis perpetuar o único homem que foi PCM, residente na Abrunheira. Considerou que, de resto, tudo foi pacífico, apesar da Abrunheira ter cerca de 150 ruas e becos e solicitou a correcção do topónimo Regueirinha d'Água para Rigueirinha d'Água. -----

O PJ de Gatões referiu que houve pouca dificuldade pois tinham atribuído os nomes das ruas em 1993, faltando atribuir apenas 2 ou 3 topónimos, respeitando-se a terminologia de acordo com o RMT.-----

-----O PJ de Meãs salientou que, relativamente, à sua freguesia, o processo tinha sido iniciado há 8 anos, com base num trabalho de pesquisa e de informação do nome das ruas perante a população. Retomou, ora, o trabalho existente e após discussão pela AF,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

chegaram ao trabalho então enviado à CM. Agradeceu e louvou o trabalho, realizado em conjunto com a CMT, porque na grande maioria se mantiveram os topónimos propostos e surgiram novas designações como, por exemplo, para a EN111 que foi faccionada em 3 secções, passando, numa delas, a constar o nome de um dos PCMMV, que foi residente nas Meãs. Terminou dizendo que esperavam a conclusão deste processo há muito tempo, de modo a implementá-lo o mais depressa possível até para resolver as questões ligadas à distribuição da correspondência. -----

----- O PF da Carapinheira referiu também que não existiram grandes problemas no trabalho desenvolvido com a CMT, que foram ajustadas algumas situações e que as duas ou três situações pendentes serão resolvidas a curto prazo. -----

----- O PJ de Ereira disse que o processo foi pacífico e pecou, apenas, por tardio, já que existem certos vícios incutidos no espírito das pessoas, agora difíceis de alterar. O maior problema terá sido na rua da Carreira onde existiam 8 travessas que não estavam de acordo com o RMT e daí as alterações realizadas, tendo sido, também, feita uma pequena homenagem ao artista João de Ruão. -----

O PJ de Liceia lembrou que o processo tinha sido mais ou menos pacífico, tendo em consideração que como tinham aprovado a toponímia logo quando foi solicitado, há muitos anos e sem se cingirem ao RMT, pelo que tudo eram ruas ou travessas. Esta situação foi ultrapassada e, respeitando o RMT, numa ou noutra situação contemplaram-se ruas antigos topónimos. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: Foi aqui suscitada uma questão que é pertinente e que prende quando os munícipes ou empresas são confrontados com alterações que podem levar a situações delicadas. Eu próprio há alguns anos fui confrontado com uma situação semelhante: o PJ de Montemor, como a CMT é muito rigorosa, decidiu ele próprio colocar placas e baptizar as ruas; hoje estou preocupado porque não conheço nenhuma aprovação pela CM da toponímia dos lugares da Freguesia de Montemor, e tenho umas casas na Rua Principal que agora, entretanto, mudou para Rua da Barca. Assim, não sei o que é que hei-de escrever ou onde são as casas e, por isso, queria pedir ao PCM para aconselhar os PJF, para que até que exista uma oficialização das situações, não se ponham, sem justificação, a alterar e a colocar placas que confundem as pessoas”. -----

----- O PJF de Montemor-o-Velho pediu a palavra e disse: “Queria dizer 2 ou 3 coisas em relação a este assunto. Não é verdade o que disse o Membro Jorge Camarneiro. O actual PJF, há alguns anos, foi convocado, como qualquer cidadão desta freguesia, para estar presente na JF e o senhor se não apareceu foi porque não quis ou não pode. Este é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

um trabalho que vem do Executivo anterior, quando o António Neves era presidente, eu era Tesoureiro e a Isabel Capinha era Secretária; a proposta, assinada por nós os 3, foi enviada à AF para ser analisada e ratificada e, só então, foi entregue à CM, pelo que isto não foi a belo prazer do PJ actual, António Pardal.”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “É exactamente por isso. A JF não tem autonomia para decidir sobre estas questões e, muito menos é um poder exclusivo da CM que pode ouvir quem quiser, pode pedir propostas a quem quiser, mas antes de haver uma decisão camarária não há nome de ruas. Assim, o PJ não tinha, com base na decisão anterior, qualquer competência para mandar colocar as placas nas ruas para a qual não houve decisão superior”.-----

-----O PJF de Montemor-o-Velho, respondeu: “Já agora isto está engraçado e vamos com certeza discutindo estes problemas. É evidente que o Membro Jorge Camarneiro também devia falar nisso em relação às outras FJ, porque na AM representa todo o Concelho e não só a freguesia de Montemor. Porque é que passaram aqui todas as outras freguesias e não disse nada em relação a elas? Qualquer uma das freguesias que aqui passaram há muito que colocaram placas e só se está a virar para Montemor, porquê?”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro respondeu: “Por particular amizade. É que tenho 3 casas numa rua afectada por isto”.-----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Na próxima quinta-feira a CMT inicia a análise dos diversos lugares da freguesia de Montemor-o-Velho e, portanto, fica o convite para quem quiser estar presente e discutir esses assuntos. Encerro a minha participação, nesta jornada, que foi grande e delicada, deixando uma palavra de votos de Bom Ano de 2007, muito fraterno e melhor para todos do que 2006 e deixar aqui a missiva de que no próximo ano continuemos, independentemente das opiniões contrárias que possamos ter neste ou naquele aspecto, a galvanizar a auto-estima que este Concelho merece e requer de nós. É esse apelo que vos deixo, porque as situações que hoje se vivem levam-nos a que sejamos mais unidos, mais conscientes e mais optimistas.”.-----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Apenas para dizer que estou muito satisfeito pela forma cordial como decorreu a reunião que foi longa mas a boa disposição que reinou na sala, nos últimos minutos, disso faz prova mais do que evidente. É saudável verificar como todos se encontram bem dispostos, ao fim de um dia de 14 pontos de trabalho e isto é interessante e salutar para a nossa actividade enquanto Membros desta AM. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27***

-----Aproveito para desejar um excelente final de ano e um Ano Novo com muitas venturas, muita saúde e felicidade para todos e para os familiares e que o nosso Concelho, em 2007, consiga aquilo a que nos propomos através do excelente documento que aprovámos e que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para que consigo guindar cada vez mais este Concelho na senda do progresso”. -----

-----O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Apenas para desejar a todos, em nome do Grupo do PS, um Bom Ano de 2007. Obrigado”. -----

-----No período aberto à intervenção do público, Armindo Mota, presidente da Direcção do Bombeiros Voluntários de Montemor pediu a palavra e disse: “Peço desculpa de colocar este ponto, mas desejava solicitar aos PJ aqui presentes alguma solidariedade para com os Bombeiros. Primeiro se colaboravam e se dispunham a ajudar na cobrança de quotas porque estamos com muitas dificuldades nesse aspecto. Sei que já têm muito trabalho, mas era realmente óptimo; sei que recebem lá a electricidade e a água e seria óptimo se fizessem esse favor, essa colaboração. Naturalmente que discutiríamos depois o que é que poderíamos dar-vos em troca. Depois, gostaria de poder reunir com cada um para estabelecermos um protocolo e alinharmos as ideias sobre diversos aspectos e, por isso, solicitava que no primeiro mês ou no mês seguinte, assim que pudessem ou tivessem um bocadinho em aberto que me dessem uma indicação telefónica, ou escrita para marcarmos. Nós Bombeiros também poderemos querer dar mais, como mostrarmos um pouco em cada Freguesia e estarmos ao vosso dispor como é nosso propósito. Fico a aguardar-vos, espero a vossa colaboração e, entretanto um Bom Ano para todos. Muito obrigado”. -----

-----Todos os pontos da Ordem de Trabalhos foram aprovados em minuta para efeitos imediatos. -----

-----O PMAM usou da palavra e disse: “Aproveito para vos desejar um bom resto de Ano e, muito especialmente, um Ano Novo em que todos os vossos propósitos se realizem e que efectivamente seja um Ano melhor do que o que agora termina. Boas Festas e que tudo corra pelo melhor”. -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão, às vinte horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei.
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Dezembro, 27

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,

Vitor Manuel Monteiro Travassos
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Armindo Mota Correia